



## Sob o cuidado dos novos técnicos

Iniciativa pioneira de formação de indígenas os legitima como agentes políticos nas comunidades do Rio Negro.



## sumário

2

### em rede

- Ferramenta de democratização da formação em saúde
- Os contornos da enfermagem brasileira

8

### entrevista

Paulo Cesar Ribeiro: 'É preciso renovar e fortalecer o processo de participação social'

10

### capa

- Novos agentes políticos em atuação
- Qualificação dos agentes indígenas, uma necessidade justificada

18

### escola em foco

- Referência na formação técnica
- Acessibilidade na saúde pública

22

### aconteceu

Um giro pelas escolas do Ceará, Santa Catarina, Piauí, Paraná, Rio Grande do Sul, Vitória, Pernambuco, Brasília, Minas Gerais, Alagoas, Rondônia e Rio de Janeiro.

28

### panorama

Mais acesso a tratamento dentário

## Reconhecidos e fortalecidos

O ano de 2015 ficou marcado na história da região do Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto do Rio Negro (Dsei-RN). Isso se deveu à formatura de 139 alunos do curso técnico em Agente Comunitário Indígena de Saúde (ACIS). Tema de capa da Revista RET-SUS nº 74, a iniciativa incluiu a elevação da escolaridade, fortalecendo a capacidade de atuação dos agentes de saúde indígena dentro do Subsistema e os legitimando como elo fundamental de ligação entre o SUS e as comunidades do Dsei-RN, onde vivem cerca de 20 mil indígenas.

Esta edição traz, também, o lançamento da Plataforma AVA-SUS – Ambiente Virtual de Aprendizagem do Sistema Único de Saúde (SUS). O novo espaço virtual, como revela a seção 'Em Rede', beneficiará cerca de 3,5 milhões de pessoas que atuam na área da saúde, em especial profissionais formados pelas escolas técnicas do SUS (ETSUS). Na mesma seção, os resultados da pesquisa 'O perfil da enfermagem no Brasil', realizada pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Recursos Humanos em Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (NERHUS/Ensp/Fiocruz), em parceria com Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) e Federação Nacional da Educação (FNE).

A revista segue com a seção 'Entrevista', onde o diretor da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), Paulo César Ribeiro, face à realização da 15ª Conferência Nacional de Saúde, de 1º a 4 de dezembro, em Brasília, fala sobre a restrição de participação das instituições de ensino em conferências e conselhos de saúde.

Na seção 'Escola em Foco', destaque para duas escolas da Rede: o Centro Estadual de Educação Profissional em Saúde Monsenhor José Luiz Barbosa Cortez (ETSUS-PI), por ter formado 444 alunos como técnicos em agente comunitário de saúde e com previsão de novas turmas; e a Escola Técnica do Sistema Único de Saúde em Blumenau (SC), pela implantação do curso Básico de Língua Brasileira de Sinais (Libras), tornando-se pioneira na especialização de trabalhadores da atenção básica à saúde em atendimento a pacientes com deficiência auditiva.

Por fim, em 'Aconteceu', um giro pela ESP-CE, ETSUS Blumenau (SC), ETSUS-PI, Cefor-RH-PR, ETSUS-RS, ETSUS Vitória (ES), ESP Iguatu (CE), ESP-PE, Efos (SC), Etesb (DF), ESP-MG, Etsal (AL), Cetas (RO) e EPSJV (RJ). Em 'Panorama', os números da ampliação da assistência bucal na rede pública de saúde do Brasil.

Boa leitura!

## Conselho Editorial da RET-SUS

## expediente

Ano IX - nº 74 - setembro/outubro de 2015  
Revista RET-SUS  
Órgão oficial da Rede de Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde . Brasil  
ISSN 1980-9875

**Conselho Editorial** (Integrantes da Comissão Geral de Coordenação da RET-SUS)

**Aldiney José Doreto** (Deges/SGTES/MS); **Gilson Cantarino O´Dwyer** (Conass); **Márcia Cristina Marques Pinheiro** (Conasems); **Felix Rigoli** (Opas/OMS); **Angelita de Almeida** (ETSUS Região Norte); **Jorge Luiz Castro** (ETSUS Região Nordeste); **Ena de Araújo Galvão** (ETSUS Região Centro-Oeste); **Laura Aparecida Chistiano Santucci** (ETSUS Região Sudeste); **Claudia Vilela de Souza Lange** (ETSUS Região Sul).

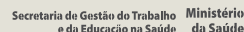
**Tiragem** 11.000 exemplares . **Impressão:** Walprint Gráfica e Editora

### Endereço

Secretaria de Comunicação da RET-SUS . Avenida Brasil, 4.365 - EPSJV/Fiocruz . Manginhos . Rio de Janeiro (RJ) . Brasil  
CEP: 21.040-360 . Telefones: (21) 3865-9779 ou 9796 . [retsus@fiocruz.br](mailto:retsus@fiocruz.br) . [www.retsus.fiocruz.br](http://www.retsus.fiocruz.br)

### Editoria Geral

Katia Machado  
**Reportagem e redação**  
Ana Paula Evangelista, Flavia Lima e Katia Machado  
**Projeto Gráfico e Diagramação**  
Mário Carestiatto  
**Capa**  
Mário Carestiatto  
**Fotos Capa**  
Luiz Maurício Baldacci (EPSJV)  
**Assistente de Gestão**  
Fernanda Martins  
**Periodicidade**  
Bimestral



Plataforma virtual de aprendizagem beneficiará mais de 3,5 milhões de profissionais de saúde, em especial as ETSUS.

## Ferramenta de democratização da formação em saúde

em rede

Kaíla Machado

Ampliar e democratizar o acesso à formação em saúde, especialmente à educação profissional técnica de nível médio. Esse é o principal objetivo da Plataforma AVA-SUS – Ambiente Virtual de Aprendizagem do Sistema Único de Saúde (SUS), lançada pelo Ministério da Saúde (MS), em 14 de setembro. Trata-se de um espaço virtual de aprendizagem, voltado para a qualificação da formação, gestão e assistência no SUS. A iniciativa da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (Sgtes/MS), em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), deverá beneficiar cerca de 3,5 milhões de pessoas que atuam na área da saúde, em especial profissionais formados pelas escolas técnicas do SUS (ETSUS). “A plataforma é muito importante para que o Ministério da Saúde possa apoiar estados e municípios quanto à educação permanente”, anunciou o titular da Sgtes/MS, Hêider Pinto.

Para Hêider, o AVA-SUS destaca-se pela sua “plasticidade”, permitindo que trabalhadores e gestores de diferentes serviços aprendam, ensinem e troquem experiência, e por disponibilizar extenso acervo, relativo a processos de especialização e formação que o MS financiou nos últimos anos, produzido especialmente pela Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS) e outras instituições de ensino, além de otimizar recursos, uma vez que a plataforma não precisa ser custeada por cada município ou estado.

### Mídias integradas

Os módulos educacionais que integram o ambiente são compostos por diversas mídias (textos, áudios e vídeos), abordando temas clínicos e de organização do processo de trabalho elaborados em grande parte por instituições de ensino da UNA-SUS. Por meio da ferramenta, os alunos receberão certificado de curso livre por cada módulo educacional concluído e, além dele, a certificação de aperfeiçoamento, à medida que concluírem um mínimo de 180 horas de realização de módulos educacionais. “O AVA-SUS é uma grande plataforma de aprendizagem adequada às necessidades do SUS, que beneficiará milhões de profissionais, por meio de acesso à formação de qualidade para todo o território nacional”, garantiu o diretor do Departamento de Gestão da Educação na Saúde (Deges/Sgtes/MS), Alexandre Medeiros.

A plataforma permite, ainda, que os alunos acompanhem seu próprio processo de aprendizagem e visualizem os módulos concluídos. A ideia é que eles possam receber, também, sugestões de módulos educacionais, conforme perfil individual. “O AVA-SUS será uma grande ferramenta para o nosso SUS. Uma integração em todo o território, com acesso para nossos profissionais e uma oportunidade de estarmos conectados com todo o país”, destacou a conselheira nacional de saúde, Maria Arindelita Neves.

Na observação do presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), Mauro Junqueira, a plataforma servirá, ainda, para a oferta de processos de educação permanente propostos pela própria gestão municipal.



“Acho que é importante fazer uma parceria e pensar a gestão municipal. Poderíamos ampliar a plataforma para todo o sistema de saúde”, recomendou, firmando em seguida compromisso de cooperação com o MS e a UFRN para que os municípios possam produzir seus próprios processos de educação permanente utilizando o AVA-SUS.

## ■ Potencialidades

O AVA-SUS poderá ampliar a capacidade de formação das escolas técnicas do SUS (ETSUS), hoje responsável por apenas 3% da formação técnica no Brasil, em vista de problemas relacionados à infraestrutura predial, corpo docente reduzido, dentre outros. Isso porque a nova plataforma se apropria de atributos da RET-SUS, como a problematização, o ensino inclusivo, o trabalhador como ponto focal, a humanização e o trabalho em rede.

Na avaliação da diretora da Escola Técnica de Saúde de Brasília (Etesb) e representante da Região Centro-Oeste na RET-SUS, Ena de Araújo Galvão, presente ao lançamento, o ambiente surge como uma rica possibilidade de difusão e compartilhamento de conhecimentos, ações e projetos entre as escolas da Rede, por meio de ferramentas colaborativas como chats, fóruns e wikis (termo utilizado para identificar um tipo específico de coleção de documentos em hipertexto ou o software colaborativo usado para criá-lo). “O AVA-SUS representa a porta de saída do trabalho isolado e a entrada no espaço de interação em tempo real, promovendo o enriquecimento do trabalho docente e fortalecendo as escolas quanto a sua individualidade e a seu trabalho em rede”, observa.

Construído pelo Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde (Lais) do Hospital Universitário Onofre Lopes da UFRN, onde estão pesquisadores das áreas das Engenharias, Informação, Comunicação e Saúde, e coordenado por Ricardo Valentim, bacharel em Sistema de Informação e doutor em Engenharia Elétrica e de Computação, a plataforma carrega dois conceitos-chave do ciberespaço: a usabilidade e a navegabilidade. Segundo Valentim — em entrevista à RET-SUS em setembro de 2014, para a matéria de capa da revista da Rede (nº 68), sobre a aposta na ampliação do acesso à formação técnica por meio da EaD —, usabilidade pode ser entendida no sentido literal, de facilidade de uso. Ou seja, tem que induzir a capacidade cognitiva do usuário de maneira que ele possa usá-la de forma intuitiva. A navegabilidade, por sua vez, diz respeito à facilidade de navegação.

Para a construção do AVA-SUS, os pesquisadores do Lais avaliaram mais de 1,2 mil plataformas de vários países, identificando algumas características que respondessem aos critérios de usabilidade e navegabilidade. Eles concluíram, por exemplo, que a plataforma precisava ser visualmente atraente, baseada em imagens facilmente reconhecíveis, para que os usuários associem os ícones às funcionalidades. O AVA-SUS integra-se, ainda, às redes sociais e conta com um sistema de videoconferência, permitindo ao aluno conversar com seus colegas, o professor e o tutor.

Para saber como navegar na nova plataforma acesse <https://ufrn.unasus.gov.br/moodle26>

Veja (Revista RET-SUS nº 68) matéria sobre a construção do AVA-SUS e como a plataforma soma-se a outras experiências de Educação a Distância (EaD) na Rede de Escolas Técnica do SUS (RET-SUS). ■

Com simplicidade, a tela inspira a busca pela formação permanente

RET-SUS | setembro/outubro | 2015

3

Reprodução

Pesquisa inédita traça perfil da enfermagem no Brasil e remete ao número de profissionais formados pelas ETSUS.

## Os contornos da enfermagem brasileira

em rede

Flávia Lima

A enfermagem brasileira é composta por 80% de técnicos e auxiliares e 20% de enfermeiros. A maioria (53,9% de enfermeiros e 56,1% de técnicos e auxiliares) concentra-se na Região Sudeste, enquanto o Nordeste tem apenas 17,2% das equipes de enfermagem. Sabe-se, também, que mais da metade das equipes de enfermagem (59,3%) encontram-se no setor público. O panorama é da pesquisa *O perfil da enfermagem no Brasil*, realizada pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Recursos Humanos em Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (NERHUS/Ensp/Fiocruz), em parceria com Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) e Federação Nacional da Educação (FNE).



Mais de dois mil profissionais formados pela ETSUS Blumenau, entre auxiliares e técnicos

O mais amplo levantamento sobre as categorias profissionais de uma mesma área já realizado na América Latina — portanto, inédito — envolveu 1,6 milhão de profissionais, desde profissionais no começo da carreira (em média, auxiliares e técnicos que iniciam com 18 anos e enfermeiros, com 22) até aposentados (pessoas de até 80 anos), de aproximadamente 50% dos municípios brasileiros e dos 27 estados da Federação. O objetivo foi conhecer a fundo a enfermagem, fornecendo subsídios ao desenvolvimento de políticas em prol dos profissionais, que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), representa cerca de 50% de um contingente de 3,5 milhões de trabalhadores da Saúde.

## Características

Pesquisadora do núcleo e integrante da equipe técnica de trabalho, Mônica Wermelinger conta que o estudo, cujos dados foram coletados entre os anos 2011 e 2014, encontrou justificativa na necessidade de conhecer como os profissionais da área foram educados, além de sua participação política e como se sentem representados ou buscam uma representação. De acordo com a coordenadora-geral, Maria Helena Machado, o estudo apresenta as características da profissão segundo a identificação socioeconômica, a formação profissional, o acesso à informação técnico-científica, o mercado de trabalho, a satisfação no trabalho e o relacionamento e a participação sociopolítica. “A proposta foi construir o perfil das categorias profissionais, considerando as características socioeconômicas, de formação e desenvolvimento profissional, inserção no mundo do trabalho e sua participação sociopolítica, além de analisar a dinâmica atual do mercado de trabalho da enfermagem no Brasil e apontar tendências e perspectivas para a enfermagem no Brasil”, acrescentou, revelando que os entrevistados foram selecionados por amostragem a partir da base de dados do Cofen. Segundo o Conselho, são 1.804.535 profissionais, sendo 414.712 enfermeiros e 1.389.823 auxiliares e técnicos.

Coordenadora adjunta do estudo, a pesquisadora da Ensp Eliane Oliveira ressalta que, apesar da busca ativa em todo o país, a Região Nordeste demandou mais tempo para a pesquisa, devido à recusa dos hospitais. “Em muitas unidades, não conseguimos acesso”, revelou. Ela contou que, no quesito mercado de trabalho, 59,3% das equipes de enfermagem estão no setor público, enquanto que 31,8%, no privado, 14,6%, no filantrópico e 8,2%, nas atividades de ensino.

## Renda mensal

A pesquisa revelou a renda mensal desses profissionais, indicando que 16,8% declararam receber até mil reais e 1,8% (em torno de 27 mil pessoas),

menos de um salário-mínimo por mês. Além de saber que a maioria (63%) tem apenas uma atividade/trabalho, o estudo identificou que os setores privado (21,4%) e filantrópico (21,5%) são os que mais praticam salários com valores de até mil reais. Nos dois, os vencimentos de mais da metade dos empregados não passam de dois mil. Paralelamente ao baixo salário, há uma dificuldade de encontrar emprego. O problema foi revelado por 65,9% dos profissionais de enfermagem, e 10,1% dos profissionais entrevistados declararam situações de desemprego nos últimos 12 meses.

Vale citar que há dois projetos de lei apresentados no Congresso Nacional que dizem respeito à carga horária e ao salário mensal. O primeiro, PL 2.295/2000, tenta fixar a jornada de trabalho em seis horas diárias e trinta horas semanais. O segundo, PL 4.924/2009, arquivado neste ano, estipulava piso salarial de R\$ 4.650 para enfermeiros, R\$ 2.325,00 para técnicos e R\$ 1.860,00 para auxiliares.

O estudo apontou, também, que a Enfermagem é predominantemente feminina, correspondendo a 84,6% dos entrevistados — sendo que a maioria tem até 40 anos de idade (54,5%) —, apesar de registrar a presença de homens (15%). “Embora tenhamos identificado uma masculinização da profissão, a Enfermagem é ainda majoritariamente feminina”, atestou Maria Helena.

## ■ Qualificação

Outro perfil analisado foi a vontade que muitos profissionais têm em qualificar-se, ainda que poucos auxiliares e técnicos tenham declarado ter nível superior completo. Segundo o levantamento, 23,8% dos auxiliares e técnicos declararam ter nível superior incompleto e 11,7% indicaram ter concluído curso de graduação. No caso dos enfermeiros, a maioria formou-se em instituições públicas de ensino (54,6%).

O projeto, encomendado pelo Cofen, contou com apoio do Ministério da Saúde, da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), da Rede ObservaRH, da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Seguridade Social (CNTSS), da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Saúde (CNTS), da Associação Nacional dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem (Anaten) e do Fórum Nacional dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem.

Mônica Wermelinger recordou que o primeiro levantamento sobre as categorias foi feito na década de 1980 pela ABEn. “Era uma pesquisa mais focada e não tinha o número de profissionais que temos hoje”, ponderou. A necessidade de uma pesquisa mais detalhada surgiu em meados dos anos 1990, como fruto de uma negociação entre Cofen, ABEn e FNE. “A pesquisa ficou parada por mais de uma década, por questões políticas”, lembrou a pesquisadora.



Relevância expressa nos números: a enfermagem representa quase 50% do contingente da saúde.

Acervo ETSUS Blumenau

Retomada a ideia, o estudo contou com a cooperação do Conselho Regional de Enfermagem (Coren) de cada federação. “Construímos um questionário divididos em sete blocos, enviado pelos correios e, também, disponível online para todos os profissionais sorteados”, revelou Mônica.

### Invisibilidade

Eliane Oliveira classificou a pesquisa como essencial, em face de seu tamanho e alcance. “A partir de agora, temos um diagnóstico que contribuirá com a construção de políticas para a categoria”, observou. O que lhe chamou atenção na pesquisa foi o sentimento de invisibilidade que declararam ter técnicos e auxiliares em enfermagem, além de problemas quanto às condições de trabalho. O mesmo observou Mônica, reconhecendo que o técnico e o auxiliar têm se qualificado como enfermeiro, mas continuam atuando como técnicos e invisíveis na equipe.

Integrante da equipe técnica da pesquisa, a pesquisadora do Laboratório de Trabalho e Educação Profissional em Saúde da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (Lateps/EPJSV), Monica Vieira, observou que apesar da insatisfação quanto às condições de trabalho e baixa remuneração, a maioria declarou gostar da profissão. Segundo ela, os profissionais querem construir uma identidade na área. “Os mais novos veem a área técnica como

um campo de manutenção de emprego. Eles falam que podem ganhar pouco, mas terão emprego”, ponderou.

Para ela, a pesquisa inspira outros levantamentos, destacando a necessidade de se conhecer mais o setor privado de ensino. “Precisamos saber que condições e qualidade têm esses cursos”, defendeu a pesquisadora. Mônica Vieira sugeriu que o Estado assumira mais a área de formação em Saúde, tomando como prioritária a enfermagem. Para a pesquisadora, instituições que são referência na Educação Profissional em Saúde, como as Escolas Técnicas do SUS (ETSUS), precisam ser integradas a este processo, chamadas para uma conversa sobre o estudo.

### Nas ETSUS

A formação na área da enfermagem, com foco no sistema público, é prática antiga nas ETSUS. A Escola de Formação em Saúde (Efos), em Santa Catarina, por exemplo, já formou 3.069 auxiliares, 3.884 técnicos (além de 163 alunos em curso), totalizando 7.116 profissionais. Para a coordenadora pedagógica Susana Maria Polidório dos Santos, a formação é tema debatido rotineiramente pela equipe escolar, que tem a preocupação com a qualidade da assistência prestada aos usuários do SUS. “A metodologia de ensino que a escola usa provoca transformações em seus alunos e reflexões sobre



o atendimento ao usuário do sistema. A ideia é que o egresso seja incorporado ao mundo do trabalho com um olhar crítico sobre seu papel e sua atuação junto aos grupos familiares e à comunidade”, ressaltou.

O Centro de Formação de Recursos Humanos para o SUS de Araraquara, em São Paulo, desde sua criação, em 1990, formou 3.224 auxiliares e 1.010 técnicos em enfermagem. Segundo a coordenadora do Núcleo de Multimeios, Isabel Cristina Gorla, a formação técnica imprime o impacto de mitigação na falta de qualificação e habilitação profissional nos serviços de saúde da rede. Ela revelou que, hoje, os municípios da região apontam para a necessidade de especializações técnicas.

Em Sobral (CE), a Escola de Formação em Saúde da Família Visconde em Sabóia, formou, em 2009, 167 técnicos em enfermagem. Em 2012, foram 102 concluintes e, em 2014, 71 alunos. Na avaliação da coordenadora pedagógica, Maria José Galdino Saraiva, a qualificação profissional e a formação em serviço ocupam lugar de destaque no mercado de trabalho. “As ETSUS vêm ao longo dos anos oferecendo qualificação para os profissionais de nível médio da saúde, com vistas a melhorar a qualidade da assistência prestada aos usuários dos serviços de saúde”, garantiu.

Outro exemplo, nesse sentido, é a Escola de Saúde Pública de Minas Gerais (ESP-MG) que formou, de 1992 a 2003, 7.901 auxiliares, em um total de 226 turmas. Já o curso técnico, realizado entre os anos 2006 e 2007, contabilizou sete turmas e 428 alunos. Entre 2012 e 2013, a escola ofertou mais uma turma do mesmo curso, totalizando 156 alunos formados. Por fim, em 2015, conta com uma turma em andamento, com 22 alunos.

Na Bahia, a Escola de Formação Técnica em Saúde Prof. Jorge Novis contabiliza 305 turmas de auxiliar em enfermagem, por meio das quais 8.375 alunos concluíram o curso, e 78 turmas de técnico em

enfermagem, com 2.134 concluintes, totalizando 383 turmas e 10.509 alunos formados.

### Sempre presente

Entre os anos 1956 e 2014, a Escola Técnica do Sistema Único de Saúde Blumenau (ETSUS Blumenau) formou 1.579 alunos no curso de auxiliar e 651 no técnico em enfermagem. Na Região Nordeste, o Centro de Formação de Pessoal para os Serviços de Saúde Dr. Manuel da Costa, no Rio Grande do Norte, formou 7.117 auxiliares e 3.037 técnicos em enfermagem, nos anos 1987, 1991, 2000 a 2003 e 2015. Já o Centro de Educação Profissional do Estado de Goiás, entre 1982 e 2015, certificou 4.344 auxiliares e 615 técnicos.

Na mesma direção, a Escola Técnica de Saúde da Universidade Estadual de Montes Claros (ETSUS-Unimontes) formou, de 1998 a 2014, 3.679 alunos, entre auxiliares e técnicos. De 1995 a 2001, a Escola de Governo em Saúde Pública de Pernambuco (ESP-PE) formou 3.182 auxiliares e, entre 2003 e 2010, certificou 407 alunos como técnicos.

Entre os anos 1993 e 2004, a Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE), por meio da Diretoria de Educação Profissional em Saúde (Dieps), formou um total de 9.961 auxiliares e, entre 2002 e 2015, capacitou 1.775 técnicos em enfermagem em cursos presenciais e 119 em cursos semi-presenciais, totalizando 1.894 profissionais. Atualmente, a escola está com três turmas do curso técnico (presenciais) em execução e 107 alunos em sala de aula.

Em São Paulo, ainda, o Centro Formador de Recursos Humanos de Nível Médio para a Saúde (CeforRH Pariquera-Açu) formou 2.546 auxiliares e 185 técnicos em enfermagem. A diretora Ruth Gouveia informou que a instituição formou, também, 28 auxiliares de enfermagem do trabalho e 40 auxiliares de enfermagem do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu). ■

Mônica Vieira (à esq.) sugere aproximação com as escolas da Rede.



'É preciso renovar  
e fortalecer o  
processo de  
participação social'

Rumo à 15ª CNS



## Paulo Cesar Ribeiro

### entrevista

Ana Paula Evangelista

Os movimentos sociais da década de 80 implicaram a modificação do modelo vigente de controle social, que culminou com a criação do SUS a partir da Constituição Federativa de 1988. De lá para cá, muito se caminhou. Mas qual a avaliação que se faz hoje da participação social no SUS? “Pensar a forma que essa representatividade vem sendo feita é muito importante para que se consiga renovar e fortalecer o processo de participação da sociedade”, afirmou Paulo Cesar Ribeiro, diretor da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz). Nesta entrevista, face à 15ª Conferência Nacional de Saúde (CNS), de 1º a 4 de dezembro, Ribeiro falou como o cenário político incide nas decisões ligadas à saúde e destacou a mobilização social como principal ferramenta para enfrentar a desconstrução do SUS. “A Conferência Nacional de Saúde pode ser um espaço de expressão dos interesses da classe trabalhadora. Ou seja, um local de construção e resistência ao processo de desconstrução do SUS”, defendeu.

Vale citar que a EPSJV precisou enfrentar, no Rio de Janeiro, a restrição de participação das instituições de ensino em conferências e conselhos de saúde. Para tanto, uniu-se a unidades assistenciais da Fiocruz, organizando reuniões e participando, como convidada, da 12ª Conferência Distrital de Saúde da área Programática (AP) 3.1, onde está localizada a Fiocruz, bem como das conferências Municipal e Estadual de Saúde do Rio de Janeiro. “Essa é uma visão limitadora do que é saúde”, afirmou.



Maycon Gomes Barbosa /ww Comunicação EPSJV

## Quais são os dilemas da participação social ao pensar a 15ª CNS?

É preciso pensar o que é essa participação social no SUS de uma maneira geral. As dificuldades de participação nas conferências são, também, frutos do próprio modelo de participação social que temos. É inegável a importância dos conselhos de Saúde, mas eles são poucos representativos das necessidades da população. Muitas vezes, esses representantes têm pouco diálogo direto com a população ou grupos sociais que representam. Isso faz com que esses espaços tornem-se cada vez mais fechados. A perda dessa capacidade crítica faz com que não haja a apresentação de questões que incomodem a gestão. Pensar a forma como essa representatividade vem se dando é muito importante para que se consiga renovar e fortalecer o processo de participação social.

## O que fazer diante de um cenário político que incide sobre direitos sociais, a exemplo da Lei nº 13.079/2015, que altera a Lei Orgânica da Saúde, permitindo a participação do capital estrangeiro na assistência à saúde?

Estamos vivendo um momento político bastante complicado, com perdas de direitos sociais, colocadas como forma de enfrentar a crise econômica. A entrada do capital estrangeiro na saúde é mais um retrocesso de que o SUS padece. Somente uma mobilização social em prol do sistema e contra os cortes sociais será capaz de conter esse quadro. É clara uma disputa entre os interesses da classe trabalhadora, que depende e usa o SUS, e os empresários que representam o sistema financeiro. A própria Conferência Nacional de Saúde pode ser um espaço de expressão dos interesses da classe trabalhadora. Ou seja, um local de construção e resistência ao processo de desconstrução do nosso sistema.

## Outro exemplo é a terceirização da gestão dos serviços de saúde, por meio das Organizações Sociais (OSs). A EPSJV é um das instituições de saúde que fazem fortes críticas a esse modelo. Como fazer frente a este desafio?

A EPSJV, juntamente com a Fiocruz, lutou bastante pelo modelo de saúde que pauta o SUS e que foi aprovado e incluído na Constituição Federal de 1988. A possibilidade de formar recursos humanos com uma visão crítica sobre o processo de trabalho, com entendimento claro do que é o SUS, pode ser bastante eficiente em uma disputa dentro do próprio sistema. Por isso, defendemos que esses trabalhadores sejam concursados, com a capacidade de fazer um enfrentamento por dentro do processo de gestão e do serviço, sem o elo frágil da possível

demissão que a terceirização implica. A concepção de serviço público é uma forma de ter um trabalhador estável, e esses pilares da Reforma Sanitária precisam ser reforçados enquanto escola.


## A escola participou da Conferência Distrital de Saúde da AP 3.1, bem como das etapas da conferência do município e do estado do Rio de Janeiro, a despeito dos interesses que limitam a participação de instituições de ensino nas conferências e conselhos de saúde – apenas as unidades assistenciais podem ter representatividade nessas instâncias. Como a EPSJV observa essa questão?

O primeiro ponto a ser destacado é pensar o modelo de saúde de forma ampliada. Isso pressupõe que não é apenas o processo saúde-doença, mas todos os elementos que compõem as condições de vida. O processo saúde-doença é determinado pelas condições sociais, de trabalho, moradia, educação, acesso à terra, transporte público, pelas condições urbanas de uma maneira em geral. Esse tipo de organização, que pressupõe a exclusão das instituições formadoras e só coloca o assistencial como possível representante, traz uma visão limitadora do que é saúde. É importante pensar o processo de saúde como transformação social. E, desse processo, fazemos parte como centro formador de recursos humanos. É importante, porém, ressaltar que estamos falando de um modelo de organização do controle social do Rio de Janeiro. Temos que saber se a mesma regra de participação restrita a certos segmentos nas conferências de saúde foi aplicada em outros municípios.

## Como a escola está se organizando para a 15ª CNS?

Estamos tentando, desde o início, participar desse processo. Enfrentamos dificuldades, porque não podíamos ter delegados nas distritais, mas conseguimos com as unidades assistenciais da Fiocruz abrir algumas portas para esse debate. Junto ao Centro de Saúde Escola Germano Sinval Faria e o conselho gestor do Teias-Escola Manguinhos [iniciativa de cogestão da saúde em Manguinhos, no Rio de Janeiro, por meio de um contrato entre a Secretaria Municipal de Saúde do Rio e a Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca], conseguimos nos articular e fazer reuniões conjuntas com outros trabalhadores da Fiocruz e moradores de Manguinhos que tinham interesse nessa discussão. Conseguimos participar como observadores, eleger, nesse grupo ampliado, delegados que foram para a etapa municipal e, se tudo der certo, participarão como delegados da 15ª CNS. Esperamos conseguir reafirmar os princípios do SUS e dizer não aos processos de privatização da saúde e à entrada do capital estrangeiro. Que o controle social seja efetivo para a garantia do sistema. ■





Formação técnica fortalece agentes indígenas de saúde do Rio Negro como elo entre Subsistema e comunidades.

## Novos agentes políticos em atuação

capa

Flavia Lima

Morador da comunidade indígena Querari, na fronteira do Brasil com a Colômbia, Eduardo Martinho Gonçalves, 53 anos, foi um dos 139 alunos que concluíram a formação técnica em Agente Comunitário Indígena de Saúde (ACIS), promovida de forma inédita e conjunta pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) e o Instituto de Pesquisa Leônidas e Maria Deane, unidade da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) na Amazônia, na região do Distrito Sanitário Especial Indígena do Rio Negro (Dsei-RN) — que abrange os municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos.

O entusiasmo com a elevação da escolaridade — ele não tinha o nível médio como a maioria — e o título de técnico, bem como a certeza de poder contribuir com o seu povo fizeram Eduardo driblar as dificuldades, principalmente a distância percorrida até o polo de formação. O indígena passava três semanas em um barco (movido a motor de rabeta) para chegar à cidade sede do curso, em São Gabriel da Cachoeira, no extremo noroeste do Brasil. “Como vivemos na fronteira, passamos por muitas dificuldades. Mas sempre me preocupei em trabalhar na comunidade e nunca abandonar meu povo. Com esse curso, irei levar conhecimento aos outros e repassar tudo o que eu aprendi”, afirmou, contando, ainda, que na reta final da formação, não pode voltar para casa, permanecendo na cidade durante três meses, na casa de parentes.

Então professora e pesquisadora da EPSJV e uma das coordenadoras do curso, a médica Ana Lúcia Pontes — atualmente, na Escola de Saúde Pública Sérgio Arouca (Ensp), unidade da Fiocruz, vizinha à EPSJV — contou que a formação, realizada em parceria com as secretarias Municipal de Educação de São Gabriel da Cachoeira e Estadual de Educação e Qualidade do Ensino do Amazonas (Seduc), a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) e o Dsei-RN, teve como foco o conceito ampliado de saúde, usando, portanto, estratégias pedagógicas adaptadas à realidade local que valorizassem os conhecimentos que as populações indígenas já detinham, além de resgatar suas tradições.

### Cultura reconhecida

Segunda a professora, o técnico de nível médio em agente comunitário indígena de saúde implica conhecimentos integrados à ciência e à tecnologia, com senso crítico



e postura ética, habilitado a desempenhar suas habilidades na área da saúde indígena de maneira autônoma, interagindo de forma criativa e dinâmica na aldeia, no mundo do trabalho e na sociedade como um todo. “Ele vai atuar no contexto social onde vive, levando em conta os valores culturais de cada etnia”, esclareceu.

Para Ana Lúcia, a formação técnica fortalece a capacidade desse profissional de atuação dentro do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena e os legitima como elo fundamental de ligação entre o SUS e as comunidades do Dsei-RN, onde vivem cerca de 20 mil indígenas. “Com o curso, acho que construímos uma boa base para estruturar o trabalho do agente. Terminamos a formação com uma discussão política de seu papel, para que lutem pelo reconhecimento da categoria profissional”, comemorou.

Ela contou que os alunos já atuavam em suas comunidades como agentes indígenas de saúde. No entanto, o trabalho desses profissionais se resumia, basicamente, à assistência e à remoção dos doentes, com ações curativas. “Quando eu comecei a trabalhar como agente, não tinha nenhum conhecimento. Com o curso, comecei a entender como devemos trabalhar com a comunidade. Hoje, graças à formação, meu povo está começando a entender qual o objetivo do agente comunitário de saúde indígena na comunidade”, revelou Moisaniel Fernandes Lourenço, de 28 anos. Agente indígena de saúde há cinco anos, ele se inseriu na formação por indicação dos moradores da comunidade Vila Nova, no Médio Rio Negro 2, território indígena localizado entre os municípios de Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira.

## ■ Respeito à tradição

O curso, iniciado em 2009, incluiu a elevação da escolaridade e a parte técnica — dividida em teoria e prática —, totalizando 3.240 horas de aula. Foram formadas cinco turmas, com aulas tanto na sede quanto nos cinco polos formativos — Rio Negro acima, Baixo Rio Içana e Xié (Polo 1); Alto Waupés, Iauaretê e Rio Papuri (Polo 2); Baixo Rio Waupés e Rio Tiquié (Polo 3); Médio e Alto Rio Içana, Aiari e Cuiari (Polo 4); e Rio Negro abaixo, Curicuriari e Santa Isabel (Polo 5). “A etapa final do curso foi realizada em São Gabriel, mas a maior parte da formação foi promovida nas comunidades, caracterizando um ponto importante da educação indígena”, explicou Ana Lúcia.

Se uma das especificidades do agente indígena de saúde é ser um articulador em sua comunidade, como reforçou Ana Lúcia, a formação técnica tratou de abordar importantes temas que foram divididos em cinco eixos: Vigilância Ambiental, Cuidados no Ciclo Materno-Infantil e Saúde Bucal; Vigilância Alimentar e Nutricional; Vigilância e Controle de Agravos Transmissíveis; Prevenção e Cuidado de Condições Crônicas; e Ações Intersetoriais, Política Indígena e Indigenista com Controle Social. “Todas essas dimensões são perpassadas pela cultura e tradição como eixo transversal”, lembrou a pesquisadora.

Os estudantes tiveram como atividades práticas o diagnóstico do seu território, a análise das condições de saúde, a identificação das situações de risco e o planejamento e a execução de um plano de ação em saúde. “Eles trabalharam bastante a questão da alimentação,

pois, na região, há problemas de segurança alimentar e desnutrição. Associado a eles, observamos um aumento do consumo de comida industrializada, levando ao aparecimento de novos agravos como as diabetes e a hipertensão. Nas aulas, portanto, tentamos fazer com que eles passassem a valorizar a sua alimentação”, exemplificou Ana, destacando o compromisso que os novos técnicos tinham com cada tarefa realizada.

Ela revelou que a ideia do curso surgiu de uma demanda identificada pelo Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi), em reuniões com o gestor local do Dsei-RN, e pela Foirn. Como a equipe de coordenação pretende, ainda, sistematizar essa experiência piloto para que sirva de base para outras formações, todo o curso foi acompanhado por uma equipe de antropólogos, que fez a etnografia das aulas. “Vamos sistematizar todos os documentos e relatar nossos desafios para divulgar, debater, publicar artigos e livros. Achamos importante que essa formação tenha continuidade”, defendeu.

A também coordenadora do curso, a médica Maria Luiza Garnelo, vice-diretora de Ensino da Fiocruz Amazônia, contou que a proposta foi elaborada de forma participativa e dialógica, com representantes indígenas (lideranças, professores e agentes indígenas de saúde) e as equipes de profissionais das instituições parceiras. A formação, acrescentou, pauta-se nos fundamentos da educação escolar indígena (específica, diferenciada, intercultural e bilíngue), priorizando a valorização dos processos próprios de ensino e aprendizagem. Prevê, também, a continuidade do diálogo e da participação, ao longo de todas as etapas formativas, bem como dos processos de avaliação discente e docente, instituídos ao longo do curso.

## ■ Construção coletiva

Para Luiza, a forma de construção e condução do curso não poderia ter sido diferente, dadas as peculiaridades da população indígena da Região do Alto Rio Negro, que enfrenta uma situação de alta vulnerabilidade social e sanitária, provocada pela dificuldade de acesso aos recursos alimentares, pelas altas taxas de natalidade e de mortalidade infantil e por um perfil epidemiológico marcado pela elevada frequência de doenças transmissíveis, que coexistem com uma precária interiorização das políticas públicas nas aldeias.

Segundo ela, esse contexto socioeconômico e demográfico se reproduz em um cenário geográfico adverso, marcado pelas grandes distâncias e por acidentes geográficos, rios encachoeirados, que dificultam o deslocamento fluvial — principal forma de transporte nessa região — e prejudicam o acesso ao atendimento em saúde e educação e a iniciativas voltadas para a melhoria das condições de vida.

É uma área geopolítica singular, localizada em uma tríplice fronteira (Brasil, Colômbia e Venezuela), nas margens do alto e médio curso do Rio Negro. Somente o município de São Gabriel da Cachoeira, segundo dados da Foirn, tem extensão territorial de 109.185,00 km<sup>2</sup> — 80% do qual constituída por terras indígenas — e uma população de aproximadamente 37 mil pessoas — sendo 90% indígenas. Vivem na região cerca de 20 etnias, distribuídas em mais de 800 assentamentos, dispersos em 12 mil hectares de terras indígenas demarcadas. A área é cortada por rios e igarapés.

“Fizemos reuniões, no qual participaram lideranças do movimento indígena, gestores de escolas, Dsei-RN, secretarias municipais de Educação e de Saúde de São Gabriel da Cachoeira e Seduc, por meio de sua Gerência de Educação Escolar Indígena, para buscar parcerias para a operacionalização da proposta em construção”, recordou o cientista social Sully Sampaio, pesquisador da Fiocruz Amazônia e um dos coordenadores do projeto. Segundo ele, durante os encontros, se discutiu, por exemplo, a organização dos polos formadores, levando em consideração o pertencimento linguístico, e as estratégias para o aumento da escolaridade dos alunos, tendo em vista que parte deles não tinha o ensino fundamental.

Sampaio ratificou que o curso começou com o estudo do conceito ampliado de saúde. “A partir daí, passamos a discutir determinantes sociais de saúde, abrangendo questões amplas e intersetoriais. Passou-se então, a produzir informações e conhecimentos sobre a oferta de recursos alimentares disponíveis, conhecimento e valorização de cuidados tradicionais indígenas de acordo com as fases da vida, os lugares com riscos à saúde, etc”, detalhou. Segundo o pesquisador, isso serviu de base para as discussões sobre os programas de saúde implantados em área indígena. “Com a ampliação do conceito de saúde, os novos técnicos poderão trabalhar para melhoria das condições de vida das suas comunidades e, por conseguinte, de suas condições de saúde. Essa é uma diferença significativa de enfoque”, garantiu. Para ele, a iniciativa é um marco político.

## ■ Categoria profissional

Assim também observou o presidente da Organização Indígena da Bacia do Içana (Oibi) e um grande entusiasta da iniciativa, André Fernando Baniwa. Para ele, o curso fortalece o agente como uma categoria profissional. “Ele se torna mais importante politicamente, pois mostra o quanto é essencial buscarmos formação dos nossos próprios parentes para cuidar da saúde nas comunidades. Tradicionalmente, os próprios indígenas cuidavam da sua saúde”, esclareceu.



André ressaltou que as condições de saúde da população indígena do Rio Negro não são boas. “Isso já dura mais de uma década. Apesar da criação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena no país, em 1999, e, conseqüentemente, do aumento dos recursos para a saúde dos povos indígenas, os resultados pioraram, em virtude da ausência de profissionais nas comunidades e das péssimas condições de trabalho”, ponderou.

Ele revelou que, para a realização da experiência formativa, o movimento indígena buscou apoio no Conselho Distrital e na Fiocruz Amazonas. No entanto, encontrou dificuldade no Dsei do Rio Negro. “Eu acredito que havia desconhecimento dos povos indígenas, pois eles não queriam reconhecer que o curso iria ajudar a melhorar os serviços de saúde nas comunidades indígenas”, avaliou, lembrando que a formação ajuda a enfrentar doenças que não faziam parte do universo indígena ao mesmo tempo em que retoma práticas tradicionais. “Os técnicos poderão ajudar a retomar os cuidados esquecidos pelas comunidades indígenas. Saúde não é tomar remédio, pois quando se toma remédio é porque não tem mais saúde. Acredito que essa é a importância da formação”, defendeu.

## ■ Sujeitos de direitos

Substituta da Coordenação-Geral da Educação Escolar Indígena da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) do Ministério da Educação (MEC), a professora Susana Martelletti Grillo Guimarães recordou que a formação técnica dos agentes indígenas de saúde foi assinalada no Plano de Ação do Território Etnoeducacional (TEE) do Rio Negro, pactuado em 2008, em parceria com a Fiocruz, o Dsei-RN, a Foirn, as secretarias de Educação do Amazonas e de São Gabriel da Cachoeira e o Ministério da Educação. “É anseio dos povos indígenas assumir um papel ativo na gestão de ações importantes para o bem estar e desenvolvimento de suas comunidades, como são os serviços de saúde, educação, gestão territorial, desenvolvimento socioambiental e outros, referenciando suas práticas na interculturalidade. Ou seja, articulando o diálogo entre conhecimentos científicos e tecnológicos com os conhecimentos étnicos, que são dinamizados a partir das novas realidades e desafios que envolvem as comunidades”, defendeu.

Ela ressaltou que a Educação Escolar Indígena dispõe, hoje, de legislação fundamentada no princípio do reconhecimento da organização social dos povos

Cerimônia de formatura reflete o protagonismo dos novos técnicos nas comunidades onde atuam.







indígenas, dos seus costumes, tradições, conhecimentos, sistemas cosmológicos, línguas, processos próprios de aprendizagem e do direito originário sobre seus territórios. “A Constituição de 1988 rompeu com a negação da alteridade dos povos, afirmando a pluriétnicidade e o multilinguismo no país”, destacou, lembrando que os povos indígenas são sujeitos de direito nos campos educacional, da saúde, da cultura, da gestão socioambiental de seus territórios e político.

Susana lembrou, também, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, que regulamentou os direitos constitucionais dos povos indígenas. “O Conselho Nacional de Educação, por meio de sua Câmara de Educação Básica, normatizou em 1999 e 2012 as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Indígena na Educação Básica, orientando os sistemas de ensino para a efetivação da educação escolar própria a cada realidade, diferenciada, específica, intercultural, multilíngue e construída com a participação comunitária”, esclareceu.

### Para ficar na história

A cerimônia de formatura, realizada em São Gabriel da Cachoeira, entre os dias 10 e 11 de abril, emocionou a todos. No primeiro dia, o evento foi realizado na Maloca da Foirn e contou com a participação da direção das unidades da Fiocruz envolvidas na formação e de autoridades locais. No dia seguinte, no Ginásio Arnaldo Coimbra, os novos técnicos receberam os certificados, seguida de uma festa de formatura, com comidas e danças da cultura indígena. “Eu, como mulher indígena, não tinha

autonomia. Com essa formação, posso acompanhar gestantes, idosos, crianças na comunidade onde vivo”, comemorou a oradora da turma polo de formação Baixo Waupés e Tiquié, Jocimara Bosco Brandão, de 30 anos. Ela é moradora da comunidade Pari-Cachoeira, localizada em São Gabriel. Ao receber seu certificado, contou que como agente indígena de saúde faz de tudo um pouco. “Somos agentes de saúde, enfermeiros, técnicos, médicos, parteiros”, acrescentou, revelando que pretende, ainda, cursar uma faculdade de enfermagem.

A diretora-presidente da Foirn, Almerinda Lima, destacou a importância da formatura para o movimento indígena. “É uma conquista e um avanço para a Federação e para os indígenas”, afirmou, agradecendo o apoio da Fiocruz. “A realização desse curso só foi possível graças à parceira com as instituições envolvidas”, acrescentou. Ela teceu elogios ao comprometimento com que os alunos tiveram com a formação, lembrando, porém, que os desafios continuam, como as longas distâncias e o desinteresse de alguns gestores.

Por sua vez, o secretário municipal de Saúde de São Gabriel da Cachoeira, Luiz Lopes de Aguiar Neto, falou sobre o quanto a formação contribui para a melhoria da qualidade de saúde nas aldeias. “Tudo iniciou nesta maloca, com uma grande assembleia com os agentes indígenas de saúde, e todos nós sabíamos do desafio. Pois não era só formar agente técnico, mas sim um profissional de saúde”, declarou. Na avaliação de Aguiar Neto, a proposta foi abraçada por todos, por estarem imbuídos da missão de melhorar os indicadores da atenção básica da saúde indígena. “Hoje afirmo que vocês estão realmente



preparados, pois estudaram e se formaram, pensando a atenção básica no território de vocês, com respeito à identidade cultural, ética e territorial", acrescentou.

## ■ Agentes preparados

Coordenador Regional do Rio Negro da Fundação Nacional do Índio (Funai), Domingos Sávio Borges Barreto classificou o projeto ousado e criativo. "A iniciativa nasceu em um país que não quer entender nossa língua, nossa visão, nosso futuro, não sabe ouvir nossas reivindicações. Hoje, esse projeto não está finalizado. Ele representa o início do reconhecimento como técnicos em agentes comunitários indígenas do Rio Negro", disse. Para o diretor da EPSJV, Paulo Cesar Castro Ribeiro, a experiência foi exitosa por preparar os agentes a identificar os processos de saúde em suas comunidades. "Esse projeto cresce com cada um de vocês. A gente sabe das dificuldades e das distâncias geográficas que precisaram enfrentar", lembrou.

O curso representa o primeiro de muitos passos em direção ao avanço da saúde indígena no Brasil. A afirmação foi do vereador Trinho Paiva, liderança indígena em São Gabriel da Cachoeira. "Os agentes são profissionais de suma importância para as nossas comunidades", declarou o parlamentar, cobrando, porém, maior participação de prefeituras e governos na resolução dos problemas da saúde indígena. Trinho Paiva ressaltou que a formação promove o diálogo entre os conhecimentos

indígena e não-indígena. "Cada vez mais, percebemos alteração na alimentação, com a entrada de comidas industrializadas nas comunidades, e no perfil epidemiológico, com doenças como hipertensão e diabetes. Isso requer que estejamos prontos para dialogar com os conhecimentos não-indígenas", observou.

## Perfil da saúde indígena

Estudo realizado pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), sob encomenda da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), o 1º Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas descreveu a situação alimentar e nutricional e seus fatores determinantes em crianças indígenas menores de 60 meses de idade e em mulheres indígenas de 14 a 49 anos no Brasil. Segundo a pesquisa, realizada entre os anos 2008 e 2009, uma de cada cinco crianças indígenas de até cinco anos no Brasil tem estatura menor do que o esperado para a sua idade, e mais da metade sofre de anemia. Não por acaso que a alimentação foi tema destacado na formação técnica dos indígenas do Rio Negro.

A situação é ainda mais grave na Região Norte, onde 41,1% estão abaixo da estatura esperada para a idade e 66% têm anemia. De acordo com a pesquisa, mais de 19% das crianças indígenas de todo o país foram hospitalizadas nos 12 meses antes do levantamento, principalmente por pneumonia e diarreia. Entre as mulheres indígenas,



Oradora da turma, Jocimara resalta importância do trabalho do agente nas comunidades.

Luiz Maurício Baldacci



chamou atenção a ocorrência de problemas de saúde verificados na população urbana não indígena: peso acima do normal (30,2%); obesidade (15,7%); e pressão arterial (8,9%); e problemas de nutrição como anemia em mulheres (32,7%) e em gestantes (35,2%). Os dados foram coletados aleatoriamente em 5.277 domicílios, em 113 aldeias de todo o país. Foram examinadas informações de 6.285 crianças e de mais 6.707 mulheres de 14 a 49 anos.

De acordo com o Censo Demográfico de 2010, o Brasil tem um contingente populacional de 896 mil indígenas (0,4% da população total), 505 terras (12,5% do território brasileiro), 305 etnias e 274 línguas. Pesquisadora do IBGE e coordenadora do Grupo de Trabalho de Demografia dos Povos Indígenas da Associação Brasileira de Estudos de População (Abep), Nilza de Oliveira Martins Pereira explicou que desses 896 mil indígenas que se declararam ou se consideraram indígenas, 63,7% viviam na área rural (572 mil) e 57,7% (517 mil) residiam em terras indígenas oficialmente reconhecidas. Segundo ela, entre as categorias de cor/raça investigadas os indígenas eram os menos favorecidos no que diz respeito aos serviços públicos oferecidos (abastecimento de água, esgotamento sanitário e destino do lixo).

O estudo apontou para a submissão das populações indígenas a um acelerado e complexo processo de mudanças, que atinge os mais diversos aspectos de suas vidas, com destaque para a restrição territorial, o progressivo esgotamento dos recursos naturais e o comprometimento

das atividades de subsistência, somados a precárias condições sanitárias que contribui para as elevadas prevalências de doenças infecciosas e parasitárias.

### Direito garantido

Na avaliação de Nilza, a formação é essencial para a garantia ao direito à saúde desses povos. Ela acredita no trabalho desses profissionais como interlocutores do SUS em suas comunidades. "Como pesquisadora, considero fundamental o curso, pois poderão atuar dentro das suas próprias comunidades e, assim, propiciar o intercâmbio cultural desses povos", opinou.

A pesquisadora do IBGE, porém, lembrou que dados do Censo de 2010 revelaram que, no Brasil como um todo, 37,4% dos indígenas de cinco anos ou mais de idade falavam no domicílio uma língua indígena e 17,5% não falavam português. "Dentro das terras indígenas, 57,3% indígenas de cinco anos ou mais de idade eram falantes de línguas indígenas e 28,8% não falavam português. Portanto, seria fundamental que houvesse uma valorização tanto do falar quanto da escrita nos cursos oferecidos aos indígenas", orientou, chamando atenção, também, para a necessidade de conservação de suas tradições quanto à prevenção de doenças, tais como pressão alta e diabetes, presentes no seu cotidiano. "Desafios como o alcoolismo e drogas merecem todo um destaque. E, finalmente, a integração do conhecimento da medicina ocidental com a tradicional", concluiu. ■



Tradição revelada na alimentação: pimentas e formigas fritas.

Luiz Maurício Baldacchi

# Qualificação dos agentes indígenas, uma necessidade justificada

Em 2012, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) — área do Ministério da Saúde (MS) criada em 2010 para coordenar e executar o processo de gestão do Sub-sistema de Atenção à Saúde Indígena no âmbito do SUS — fez um diagnóstico evidenciando que apenas 40% dos 3.500 agentes indígenas de saúde (AIS) e 60% dos 1.618 agentes indígenas de saneamento (Aisan), contratados entre os anos 2011 e 2012, tiveram acesso a algum curso ou módulos temáticos, faltando a eles qualificação específica para as suas funções. Isso provocou a formação de um grupo de trabalho (GT) para elaboração do Mapa de Competências e Diretrizes Curriculares da Qualificação dos AIS e Aisan — em fase de conclusão —, do qual fazem parte a Sesai, a Secretaria de Gestão do Trabalho e de Educação na Saúde do Ministério da Saúde (Sgtes), por meio do Departamento de Gestão da Educação na Saúde (Deges), e a unidade da Fiocruz no Mato Grosso do Sul.

Integrante do GT, a consultora técnica da Coordenação de Ações Técnicas em Saúde, do Deges/Sgtes, Lanuza Terezinha Gomes Ferreira, explicou que a iniciativa visa a orientar as escolas quanto à organização da qualificação dos AIS e Aisan em suas regiões, para que esses agentes possam atuar em equipe, na sua área de abrangência, na perspectiva da promoção, prevenção de agravos e doenças e na recuperação da saúde dos povos indígenas, aplicando os princípios técnico-científicos e éticos e os pressupostos da interculturalidade e da atenção diferenciada à saúde. O mapa de competências e as diretrizes curriculares tomam como fundamentos as políticas de Saúde, Educação e Atenção à Saúde dos Povos Indígenas.

## Papel social

A ideia é promover uma qualificação de 500 horas (320 de concentração e 180 de dispersão), distribuídas em três áreas temáticas: Promoção da saúde no território indígena; processo de trabalho dos AIS; e Ações de prevenção a agravos e doenças e de recuperação da saúde dos povos indígenas. Segundo Lanuza, as escolas técnicas do SUS (ETSUS), protagonistas da formação profissional em saúde, aguardam a conclusão deste trabalho, iniciado em 2012, para avançar com o processo em articulação com os Dseis. O trabalho será importante para resgatar o papel social das ETSUS nas comunidades indígenas.

As escolas terão que apresentar como justificativas a situação e o contexto do trabalho na área da saúde indígena nacional, regional e local, a demanda para qualificação dos AIS, destacando indicadores técnicos e políticos que conformam esta demanda, e o perfil da

força de trabalho na saúde indígena — em particular, dos agentes, caracterizando a necessidade do curso de qualificação —, bem como as condições administrativas, pedagógicas, tecnológicas e operacionais da instituição para realizar o processo de qualificação, as articulações, as negociações e os acordos da instituição com instâncias e organismos dos setores da educação e da saúde para desenvolver o curso e a importância da interiorização das ações educativas nos polos e/ou espaços das aldeias, para facilitar o acesso dos agentes ao curso, tornando factível a frequência às aulas e outras atividades de articulação entre ensino, serviço e comunidade.

## ■ Construção coletiva

Consultora da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) para o Deges/Sgtes, Mônica Diniz Durães recordou que a metodologia adotada para a elaboração do mapa e das diretrizes propiciou a criação de espaços estratégicos de participação e diálogo, entre eles a realização de uma oficina nacional, em julho de 2013, com a participação de agentes indígenas de saúde e de saneamento, profissionais das equipes multidisciplinares da Saúde Indígena, técnicos e supervisores de saneamento dos 34 Dseis do país. “O objetivo foi elaborar o quadro geral das ações desenvolvidas pelos agentes e a caracterização do contexto do trabalho”, detalhou, revelando que o debate contribuiu bastante para a elaboração do documento.

São competências dos agentes indígenas de saúde: desenvolver em equipe ações de promoção da saúde e cidadania, considerando o território socioambiental, os contextos interculturais e intersetoriais e a qualidade de vida da população indígena; realizar ações de prevenção a doenças e agravos e de recuperação da saúde, fundamentadas no ciclo de vida, no perfil epidemiológico da população indígena, nas diretrizes e protocolos da atenção básica, articuladas aos cuidados e práticas tradicionais; produzir e analisar informações, fundamentadas no modelo de vigilância em saúde, incorporando a percepção da comunidade indígena sobre o processo saúde-doença, para subsidiar o planejamento das ações em equipe e o controle social; organizar e desenvolver o processo de trabalho em equipe, considerando o espaço de atuação, a área de abrangência de seu polo, a organização do Dsei, a articulação intersetorial e a rede de referência do SUS, com base na atenção diferenciada à saúde; e realizar ações de primeiros socorros, considerando também as práticas e saberes tradicionais, visando a preservação da vida. ■

ETSUS Piauí  
forma mais de 400  
técnicos em agentes  
comunitários de  
saúde, destacando-  
se no contexto da  
educação profissional.

## Referência na formação técnica

### escola em foco

Flávia Lima

O Centro Estadual de Educação Profissional em Saúde Monsenhor José Luiz Barbosa Cortez (ETSUS-PI), em Teresina, entra para a história da Educação Profissional em Saúde e, especificamente, da Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS) com a formação de 444 alunos como técnicos em agente comunitário de saúde. A iniciativa envolveu trabalhadores de saúde dos territórios de Vale do Sambito (234) e Serra da Capivara (210), que faziam parte das equipes de Saúde da Família e realizado a primeira etapa formativa em 2006. Na ocasião, foram envolvidos 6.915 profissionais. “A oferta do curso se deu pela necessidade imediata de aperfeiçoamento e mudança da prática profissional, visando à qualidade dos serviços prestados à comunidade”, justificou a coordenadora geral da ETSUS-PI, Josellia Moreira.

Na região da Serra da Capivara, foram nove turmas formadas, que incluiu os municípios de São Raimundo Nonato, Caracol, Anísio de Abreu, Dom Inocêncio, São Braz, João Costa, Campo Alegre do Fidalgo, Fartura, Guaribas, São João do Piauí, Dirceu Arcoverde e Várzea Branca. Outras nove turmas foram formadas na região do Vale do Sambito — a sede foi a cidade de Valença, envolvendo os municípios de Inhuma, Ipiranga, Pimenteiras, Várzea Grande, Novo Oriente e Elesbão Veloso.

Com 1.200 horas de aula, o curso ocorreu em três etapas, por meio dos quais as atividades de supervisão foram realizadas no próprio ambiente de trabalho dos alunos. A primeira etapa, iniciada em 2006, aconteceu com recursos do Ministério da Saúde. Em 2013, a escola promoveu a segunda e a terceira etapas da formação técnica, com ajuda do Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (Profaps) do Ministério da Saúde. “O curso teve como finalidade formar os agentes para atuar como técnicos de nível médio junto às equipes multiprofissionais da Estratégia Saúde da Família, instrumentalizando-os para o exercício profissional de forma interdisciplinar e fortalecendo a dimensão da integralidade das ações sob a lógica de um modelo de atenção à saúde focada no território, na comunidade, na família e no indivíduo”, ressaltou Josellia.

### Invisibilidade superada

A coordenadora da ETSUS-PI revela que os agentes comunitários de saúde percebiam-se invisíveis na equipe. Em sua avaliação, a formação técnica além de fortalecer a categoria profissional, evidencia e reconhece o papel do agente na equipe de saúde. “Hoje, eles se veem como figuras essenciais, capazes de promover a atenção integral à saúde do usuário”, observou Josellia. Ela acredita que o trabalho desenvolvido pela ETSUS em parceria com as secretarias de Educação e Saúde do estado do Piauí ajuda, ainda, a fortalecer a instituição, que tem como missão melhorar a qualidade técnica dos profissionais, segundo as necessidades do SUS. “A Escola Técnica do SUS do Piauí é de suma importância para a sociedade, tendo em vista que ela capacita e qualifica os servidores do sistema”, frisou.





## ■ Conhecimento e esperança

As turmas foram selecionadas por meio de processo seletivo público, como revelou a agente comunitária de saúde Maria da Cruz Silva Moura, do município de São Miguel da Baixa Grande, interior do Piauí, onde mora com o marido e os dois filhos. Com 42 anos, ela contou que trabalhava na roça. “Sempre gostei de trabalhar com crianças e idosos. Soube do curso, fiz inscrição e comecei a estudar”, recordou. Para Maria da Cruz, além de conhecimento, a formação trouxe esperança para a família. “Graças ao curso, hoje trabalho como agente, atuo na minha comunidade, ajudando às pessoas, e proporciono uma vida melhor aos meus filhos e família”, garantiu.

A agente observa o trabalho como principal porta de entrada para a Estratégia Saúde da Família. “Hoje, acredito que a qualificação profissional promove a excelência dos serviços prestados à população e contribui no resgate da identidade profissional e na mobilização social da classe de trabalhadora”, defendeu.

Por conta do sucesso dessa experiência e percepção da relevância da formação, a diretora da ETSUS-PI, Maria de Jesus Dias, anunciou novas turmas para 2016, que deverão envolver os municípios dos territórios de Cocais, Vale do Sambito, Vale dos Rios Piauí e Itaueiras e Vale do Canindé. Além dessas, a escola iniciou, em novembro, na capital, a capacitação técnica de 896 agentes comunitários de saúde. “Percebemos a importância do curso tanto para os trabalhadores quanto para o sistema de saúde”, justificou, comprometendo-se, ainda, como novos projetos com vistas a fortalecer a imagem institucional da escola.

## ■ Trajetória

Criado em 2 de março de 2005, o Centro Estadual de Educação Profissional em Saúde Monsenhor José Luiz Barbosa Cortez já formou quase dez mil alunos em cursos técnicos e de aperfeiçoamento. As formações, em geral, são desenvolvidas por meio de recursos do Ministério da Saúde, a partir de demandas apontadas pela própria escola e instituições afins. Segundo a diretora, Maria de Jesus Dias, ao trabalhar em parceria com a Secretaria Estadual de Educação, a ETSUS-PI busca fortalecer e ampliar a quantidade dos cursos oferecidos, com o objetivo de melhorar a qualidade técnica dos profissionais da área da Saúde, em consonância com as necessidades do SUS.

Ela revelou que a escola afirma-se detentora de um modelo de gestão participativa, identificando problemas, elaborando propostas e implantando novas ações. Segundo Maria de Jesus, os resultados exitosos são observados pelos próprios trabalhadores, que apontam os pontos positivos de uma gestão participativa.

## Descentralização

No caso dos cursos descentralizados, esses somente acontecem após a pactuação com os gestores municipais. Para tanto, a escola realiza a seleção dos coordenadores e apoios administrativos locais, que geralmente são ligados ao município-sede, para facilitar a interlocução entre as partes, fornecendo a metodologia de ensino. Para Maria de Jesus, a descentralização encontra sucesso no trabalho integrado, que envolve equipes técnica e pedagógica em um único fim, que é fortalecer o processo de gestão da formação técnica para o SUS. “A capacitação de nossos profissionais faz com que tenhamos um novo entendimento sobre a formação”, ressaltou. ■

ETSUS Blumenau  
capacita trabalhadores  
para o atendimento  
a pacientes com  
deficiência auditiva.

## Acessibilidade na saúde pública

### escola em foco

Ana Paula Evangelista

A Escola Técnica do Sistema Único de Saúde em Blumenau (SC) deu um passo importante em direção à acessibilidade de usuários do SUS que precisam de atenção especial. Baseada nos princípios da integralidade e reconhecendo que saúde não implica apenas a ausência de doença e, como preconiza o sistema, é um estado de bem estar social, a escola implantou o curso Básico de **Língua Brasileira de Sinais (Libras)**, tornando-se pioneira na especialização de trabalhadores da atenção básica à saúde em atendimento a pacientes com deficiência auditiva.

O curso de Libras, realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, acontece uma vez por semana, com uma carga horária de 15 horas, tendo já formado 30 profissionais da atenção básica de Blumenau. Com dinamismo, as aulas incluem brincadeiras, teatro, trabalho em grupo e estudos de casos. O material didático, que conta com apostilas, foi produzido exclusivamente para essa iniciativa.

### Básica, mas completa

A formação compreende aprendizados básicos da Língua, bastante úteis no dia a dia, como forma de apresentação, cumprimentos, alimentos, sinais voltados para a área da saúde e profissões. “A melhor forma de iniciar a inclusão é pela interação entre deficientes auditivos e ouvintes”, justificou Gisele Ruaro, coordenadora do serviço de Gestão da Educação da ETSUS Blumenau. Ela conta que o curso, essencial a todos os profissionais de saúde que têm contato direto com deficientes auditivos, como psicólogos, agentes de saúde e enfermeiros, foi muito bem aceito. “Os trabalhadores pediram até que montássemos um segundo módulo do curso”, revelou. “Esperamos conseguir colocar esse curso na agenda fixa de nossa educação permanente”, defendeu Claudia Lange, diretora da ETSUS Blumenau.



Expectativa de novas turmas para a inclusão de todos nos serviços de saúde

Arquivo ETSUS Blumenau

A Língua Brasileira de Sinais (Libras), usada pela maioria dos surdos dos centros urbanos brasileiros, deriva de uma língua de sinais autóctone, que é natural da região ou do território em que habita, bem como da língua gestual francesa. Por isso, assemelha-se a outras línguas de sinais da Europa e da América. Ela não é a simples gestualização da língua portuguesa. Visto que, em Portugal, usa-se uma língua de sinais diferente, a Língua Gestual Portuguesa (LGP).

A exemplo das diversas línguas naturais e humanas existentes, a Libras é composta por níveis linguísticos como fonologia, morfologia, sintaxe e semântica. Da mesma forma que nas línguas orais-auditivas existem palavras, nas línguas de sinais há também itens lexicais, que recebem o nome de sinais. A diferença é sua modalidade de articulação, a saber visual-espacial ou cinésico-visual. Assim sendo, para se comunicar em Libras, não basta apenas conhecer sinais, é necessário conhecer a sua gramática para combinar as frases, estabelecendo a comunicação.

Os sinais surgem da combinação de configurações de mão, movimentos e de pontos de articulação — locais no espaço ou no corpo onde os sinais são feitos também de expressões faciais e corporais que transmitem os sentimentos que para os ouvintes são transmitidos pela entonação da voz, os quais juntos compõem as unidades básicas dessa língua. É um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. Como em qualquer língua, a Libras apresenta diferenças regionais. Portanto, deve-se ter atenção às suas variações em cada unidade federativa do Brasil.

O êxito da proposta é conferido nos depoimentos da agente comunitária de saúde Ironi de Lima Proença Cani e da auxiliar em enfermagem Elfi Schumann da Silva, trabalhadoras da Unidade de Estratégia Saúde da Família Jackson Roberto Carl. As alunas participaram do curso em março de 2015 e observaram avanços quanto ao cuidado de pessoas com deficiência auditiva no cotidiano do trabalho. “Não resta dúvidas que a comunicação tornou-se muita mais eficiente”, revelou Ironi. O mesmo afirmou Elfi, ressaltando que a formação poderia ser um pouco mais extensa, dada a complexidade do sistema linguístico.

### Garantida por lei

A Lei nº 8.080/1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde e o funcionamento dos serviços correspondentes, garante

a saúde como um direito fundamental do ser humano e enfatiza a preservação da autonomia das pessoas, na defesa de sua integridade física e moral. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU), aprovada no Brasil por meio do Decreto Legislativo nº 186/2008 e do Decreto nº 6.949/2009, com equivalência de emenda constitucional, em seu texto, reconhece que “a deficiência é um conceito em evolução, resultado da interação entre pessoas, barreiras atitudinais e ambientais que impedem a plena e efetiva participação na sociedade, em igualdade de oportunidades”. As pessoas com deficiência, segundo as normas, têm o direito de gozar do estado de saúde mais elevado possível e ao Estado brasileiro cabe tomar todas as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso a serviços de saúde.

Segundo a ONU, com base no princípio da igualdade de direitos entre as pessoas, as necessidades dos indivíduos, com deficiência ou sem deficiência, têm a mesma importância e elas devem constituir a base do planejamento social. Todas as políticas relativas às pessoas com deficiências devem assegurar o acesso delas a todos os serviços da comunidade, e todos os recursos devem ser empregados de tal modo que garantam uma oportunidade semelhante de participação para cada indivíduo.

É sob tal contexto que surge o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, regulamentando as leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento a pessoas com necessidades específicas, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Garantir à população não somente o direito de acesso à rede de saúde, como também formas de eliminar barreiras arquitetônicas, de comunicação e acesso físico, é portando um dever do Estado. Nesse sentido, destaca-se o documento intitulado *Subsídios sobre Acessibilidade em Unidades Básicas de Saúde*, com vistas a orientar a implantação de equipamentos urbanos deste porte, e recomendar aos municípios e aos técnicos envolvidos na execução dos projetos e obras das instituições de saúde as condições necessárias para o atendimento das regras de acessibilidade vigentes em nosso país. O texto, elaborado pela Coordenação Geral de Acessibilidade da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, pode ser acessado pelo link [http://189.28.128.100/dab/docs/sistemas/sismob/recomendacoes\\_acessibilidade.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/sistemas/sismob/recomendacoes_acessibilidade.pdf) ■



### **ESP-CE focaliza populações expostas a agrotóxicos**

A Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE) promoveu, de 3 a 7 de agosto, mais uma edição do curso Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos. Foi a terceira edição da formação, realizada em parceria com a Coordenadoria de Promoção e Proteção à Saúde (Coprom), por meio do Núcleo de Vigilância Ambiental (Nuvam) da Secretaria da Saúde do Ceará. Com 40 horas de aula, o curso atende aos profissionais que atuam na Vigilância Ambiental de municípios em situação de criticidade e vulnerabilidade quanto ao uso de agrotóxicos.

Segundo a coordenadora do curso, Rosimary da Silva Barbosa, a ideia foi contribuir na construção de conhecimentos e no desenvolvimento de habilidades e atitudes que possibilitem a aplicação de medidas ou ações para a prevenção ou diminuição dos fatores de riscos à saúde humana e ao ambiente associados ao uso dos agrotóxicos.

### **Blumenau forma novos cuidadores domiciliares**

A Escola Técnica do Sistema Único de Saúde (ETSUS) Blumenau promoveu, em agosto, a formatura da terceira turma do curso de Cuidador Domiciliar. Foram 17 profissionais envolvidos, que estão vinculados ao Serviço de Atenção Domiciliar (SAD) do SUS. A formação, com 90 horas de aula, durou de abril a julho, contando com a atuação de profissionais da atenção domiciliar, da ETSUS e da Secretaria Municipal de Saúde de Blumenau.

O objetivo do trabalho, iniciado pela escola em 2013, trazendo assuntos relativos ao processo saúde-doença, políticas sociais e importância do processo de trabalho e da organização de atividades diárias para o cuidado em saúde e autocuidado, é garantir o conhecimento da expressão social dos cuidadores e colaborar com a discussão em torno das necessidades apresentadas pelos profissionais.

### **Escola de Saúde Pública do Ceará celebra 22 anos**

A Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE) comemorou 22 anos de fundação com uma programação especial, promovida no dia 22 de julho. O evento foi iniciado com o hasteamento da Bandeira Nacional, seguido de solenidade de entrega de uma placa alusiva à data para ex-gestores, em reconhecimento à contribuição deles no processo de consolidação da missão educacional da instituição, um café da manhã e, no fim da tarde, uma caminhada na Avenida Beira Mar.

Instituição de ensino superior reconhecida pelo Conselho de Educação do Ceará, a ESP-CE foi criada em 22 de julho de 1993, sob a forma de uma autarquia vinculada à Secretaria da Saúde do Estado (Sesa). A escola, que tem como patrono o médico Paulo Marcelo Martins Rodrigues, nasceu do sonho de operacionalizar a política de educação permanente em saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), tendo como desafio criar uma complexa rede de formação, em parceria com universidades, escolas e cursos profissionalizantes.

### Visitas técnicas fazem parte de cursos da ETSUS Piauí

Os 27 alunos do curso Técnico em Vigilância em Saúde do Centro Estadual de Educação Profissional em Saúde Monsenhor José Luiz Barbosa Cortez (ETSUS-PI) visitaram, em julho, o Viveiro Mata Branca, localizado no entorno do Parque Nacional Serra da Capivara, Patrimônio Cultural da Humanidade. O projeto, liderado pelo fotógrafo André Pessoa, tem dois anos. Por meio dele, são distribuídas centenas de mudas de espécies como aroeira, angico, pau d'arco, gonçalo-alves, tamboril. De acordo com o idealizador, o objetivo da tarefa é contribuir com a cultura de plantar árvores, recompondo a vegetação nativa da Caatinga na Serra da Capivara e, em especial, no Vale do Rio Piauí. Segundo a coordenadora-geral da escola, Josellia Moreira, a atividade ajuda no fortalecimento do processo de ensino-serviço, onde o conhecimento teórico pode ser colocado em prática.

Em agosto, os 44 alunos do mesmo curso, realizado no município de Oeiras, promoveram uma panfletagem no trânsito, trazendo orientações quanto à importância do uso dos equipamentos obrigatórios que afetam diretamente a saúde, como cinto de segurança e a cadeirinha para crianças. A ação foi orientada pelo professor Valdenir Fonte e contou com a parceria da Secretaria Municipal de Saúde e das polícias Civil e Militar.



Arquivo ETSUS Piauí

### Escola do Paraná inicia nova turma do Técnico em Saúde Bucal

O Centro Formador de Recursos Humanos Caetano Munhoz da Rocha (Cefor-RH-PR) promoveu, em 24 de agosto, a aula inaugural de mais uma edição do curso Técnico em Saúde Bucal. Segundo a coordenadora Cristiane Rotava, a formação será realizada em três módulos, com aulas teóricas, práticas e estágio supervisionado, integrando as aulas com os serviços de saúde oferecidos no município. Os 25 alunos matriculados atuarão na capital Curitiba e em toda região metropolitana.

### ETSUS-RS tem nova turma de Auxiliar em Saúde Bucal

A Escola Estadual de Educação Profissional em Saúde do Rio Grande do Sul (ETSUS-RS) e a 2ª Coordenadoria Regional de Saúde (CRS) inauguraram, em setembro, o curso de Qualificação Profissional de Auxiliar em Saúde Bucal. A formação tem como objetivos qualificar e integrar os profissionais que atuam na 2ª CRS, em atenção à expansão da demanda de educação profissional na área, frente à Política Nacional de Saúde Bucal.

Segundo a coordenadora da 2ª CRS, Tarsila Crusius, foi um longo processo de construção coletiva até a aplicação do curso. De acordo com a diretora da ETSUS-RS, Teresinha Valduga Cardoso, a formação prisma pela qualidade, segurança e assistência do SUS, atendendo aos municípios de Cambará do Sul, São José do Hortêncio e Santa Maria do Herval.

### Nova turma de cuidadores de idosos formados no Ceará

A oitava turma do curso de Cuidador de Idosos concluiu suas atividades no estado do Ceará, durante o mês de setembro. A formação, realizada pelo Centro de Educação Permanente em Atenção à Saúde (Ceats) da Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE), em parceria com o Grupo Técnico do Idoso da Secretaria de Saúde do Estado (Sesa), tem como objetivo capacitar trabalhadores que exercerão a ocupação, sistematizando saberes e fazeres do cuidar. A iniciativa, com 160 horas, foi composta por aulas teóricas e práticas. Os locais de prática foram a Casa de Nazaré e a Unidade de Abrigo do Estado.

### ETSUS Vitória inicia aperfeiçoamento em Saúde do Idoso

A Escola Técnica e Formação Profissional de Saúde Professora Ângela Maria Campos da Silva (ETSUS Vitória) deu início, em agosto, a mais uma turma do curso de Aperfeiçoamento em Saúde do Idoso, com foco nos auxiliares e técnicos em enfermagem das equipes da Estratégia Saúde da Família e das unidades básicas de Saúde do Espírito Santo. Com previsão de término em novembro deste ano, o curso tem como objetivo qualificar os profissionais por meio do conhecimento científico e desenvolvimento de habilidades básicas e específicas.

### Escola de Iguatu em atividade de prevenção ao suicídio

A Escola de Saúde Pública de Iguatu realizou, em 25 de setembro, a palestra Prevenção ao suicídio. A atividade, que contou com a participação de alunos dos cursos técnicos e funcionários da escola, fez parte da campanha Setembro Amarelo - Prevenção ao Suicídio, do Ministério da Saúde, norteadora pelo Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio, comemorado no dia 10 de setembro.

### ESP-PE conclui Técnico em Vigilância em Saúde

Sob a missão de formar técnicos em Vigilância em Saúde para a melhoria da qualidade da assistência, segurança e cuidado aos usuários do SUS, a Escola de Governo em Saúde Pública do Estado de Pernambuco (ESP-PE), em cerimônia de formatura, realizada no dia 24 de setembro, diplomou 13 trabalhadores do SUS, integrantes dos municípios da 12ª Regional de Saúde.

Em solenidade, promovida no município de Goiana, a diretora-geral da ESP-PE, Célia Borges, resgatou a história das práticas e do processo de institucionalização da área na saúde pública do Brasil e destacou a relevância da formação técnica para o Sistema Único de Saúde (SUS). "O papel desempenhado pelo Ministério da Saúde e pela Secretaria Estadual de Saúde, por meio da Política de Educação Permanente, são fundamentais para a estratégia de formação e desenvolvimento de trabalhadores para o setor Saúde. Destaco, ainda, a importância do Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (Profaps), que propicia um reconhecimento notório para formação de profissionais de nível médio em áreas estratégicas prioritárias da educação profissional", elencou.

O curso, com 1.560 horas-aula, tem como finalidade o desenvolvimento de competências técnicas para as ações de prevenção de riscos e controle de agravos e doenças, promoção da saúde da população e humanização e integralidade do atendimento, bem como de integração das áreas da Vigilância com a Atenção Primária à Saúde.



Acervo ESP-PE

### A formação técnica em enfermagem na Efos



Acervo Efos

A Escola de Formação em Saúde (Efos), em Santa Catarina, realizou, em 14 de setembro, a aula inaugural do curso Técnico em Enfermagem. A atividade contou com a apresentação da estrutura da escola para os 40 novos alunos, dinâmicas e uma palestra com Elizandro da Silva Junior, especialista em Gestão de Pessoas e Gestão Pública. O curso é composto por 1.800 horas, sendo 1.200 de concentração e 600 horas de estágio.

Em 21 de agosto, a Efos já havia comemorado o encerramento de mais uma turma do curso técnico, em cerimônia realizada na sede da escola com a presença do Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina. Na semana que antecedeu o evento, os 26 formandos, da Região de Saúde da Grande Florianópolis, apresentaram seus trabalhos de conclusão de curso (TCCs), por meio dos quais abordaram os temas da assistência da enfermagem e promoção em saúde aos pacientes portadores de asma na infância, gravidez na adolescência, achados neurológicos (Síndrome de Dany - Walker), vírus HIV na adolescência, HIV e vivência da mulher portadora do câncer de mama e parada cardiorrespiratória nas unidades pré-hospitalares.

No dia 10 de setembro, mediadores e coordenadores do mesmo curso, realizado no município de São José, participaram de uma capacitação pedagógica. O objetivo foi criar um espaço de aprimoramento e de aperfeiçoamento da prática pedagógica, por meio de discussão e troca de experiências. Os docentes assumiram a turma iniciada em 14 de setembro. Na atividade, foram abordados os temas da metodologia da problematização — utilizada pela maioria das escolas da RET-SUS —, avaliação, conselho de classe, planejamento, cronograma, grade curricular e outros.



### Etesb participa de evento tradicional do ensino médio

A Escola Técnica de Saúde de Brasília (Etesb) participou, entre os dias 9 e 11 de setembro, pelo terceiro ano consecutivo, da Feira Capital Estudante, um dos maiores eventos de divulgação acadêmica para alunos secundaristas do Distrito Federal. A escola apresentou, em um estande, os cursos de formação inicial e continuada, técnicos e pós-técnicos que organiza há anos. "Além de aumentar a visibilidade da escola, a Feira oportuniza o contato com outras escolas públicas do Distrito Federal, trocando experiências e desenvolvendo propostas de apoio mútuo", comemorou a diretora da Etesb, Ena Galvão.

Para a professora que coordenou a participação da escola no evento, Anelice Batista, a evento representou oportunidade de divulgação das ações escolares. "A Etesb é conhecida pela sua expertise de formação profissional técnica, além de captar as necessidades e desejos de formação da população de Brasília e do entorno", justificou.



### Contribuição ao desenvolvimento do estado de Minas Gerais

A diretora-geral da Escola de Saúde Pública de Minas Gerais (ESP-MG), Roseni Sena, suplente da representação da Região Sudeste na RET-SUS, foi uma das 86 personalidades agraciadas com a Medalha Juscelino Kubitschek (Medalha JK), no dia 12 de setembro, na 20ª cerimônia de entrega da comenda pela contribuição ao desenvolvimento do estado de Minas Gerais, realizada em Diamantina, no Vale do Jequitinhonha. A edição de 2015 comemorou os 65 anos da eleição de Juscelino Kubitschek ao governo mineiro e os 60 anos de sua eleição para Presidente da República.

A Medalha JK foi criada pela Lei nº 11.902/1995, sendo entregue pela primeira vez em 1996. A cerimônia é realizada anualmente, no dia do aniversário do ex-presidente, nascido em 1902, em Diamantina. São agraciadas personalidades e instituições do cenário político, econômico, social e cultural de Minas e do país, que contribuem para o desenvolvimento do estado.

### ESP-CE realiza oficina de construção de currículo em Iguatu

A equipe do curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde da Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE) esteve em Iguatu (CE), no dia 10 de julho, para a realização da Oficina de Construção de Currículo. A atividade destinou-se aos enfermeiros da Atenção Básica do município, bem como de Acopiara e Jucás, oportunizando a discussão e a reflexão sobre a necessidade da conclusão do curso técnico e as estratégias de trabalho nos municípios. A oficina tratou dos desafios no campo da saúde, com ênfase na atenção básica, e do papel do enfermeiro no processo formativo.

### Etsal com foco na metodologia da problematização

O Comitê de Ética da Universidade de Ciências da Saúde de Alagoas aprovou, neste mês de setembro, o projeto de pesquisa Partilhando aprendizagem à luz da metodologia da problematização, do professor Eliezel Alves dos Anjos, da Escola Técnica de Saúde Professora Valéria Hora (Etsal). O objetivo do trabalho é promover o compartilhamento das experiências de ensino-aprendizagem, tendo como base a metodologia da problematização com a aplicação do Arco de Charles Maguerez.

O projeto pretende, também, possibilitar aos educandos a concepção da práxis que contribuirá para a constituição gradativa de sua autonomia, promover no educando o protagonismo de seu processo de aprendizagem, com base no conhecimento e na realização das etapas e características da metodologia da problematização com o Arco de Maguerez, desenvolver, mediante os cursos técnicos, a vivência do caminho metodológico de pesquisa, conhecer o comportamento dos educandos dos cursos técnico-profissionalizantes da Etsal, a partir do estímulo do processo de ensino-aprendizagem na trajetória de sua formação, e acompanhar a participação dos educandos no engajamento da proposta de compartilhamento das suas experiências de ensino-aprendizagem nesse contexto.

Eliezel explica que o propósito é buscar alternativas para a construção de programas de ensino que apresentem sintonia com os modelos de organização da atenção à saúde ao mesmo tempo em que privilegia o desenvolvimento da capacidade de intervenção crítica e criativa da escola na rede de serviços do SUS e no processo ensino-aprendizagem.

## Educação Permanente em Saúde é tema de aula na ESP-MG

Os alunos da Especialização em Comunicação e Saúde da Escola de Saúde Pública de Minas Gerais (ESP-MG) participaram, no mês de julho, da aula Educação Permanente em Saúde: o papel da ESP-MG, ministrada pela diretora-geral da escola, Roseni Sena. Ela fez um resgate histórico da educação permanente, que surge na Europa após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), sob o objetivo de restaurar as instituições de ensino, ora devastadas pelos anos de conflito, e diminuir o analfabetismo que assolava os países europeus. "O conceito nasceu no campo da educação, mas com o passar do tempo foi aplicado à área da saúde", esclareceu.

Roseni revelou que a educação permanente começou a ser discutida pela Organização das Nações Unidas para a Educação (Unesco), de forma mais geral, na década de 1980. O tema, foco também de discussão na Organização Mundial da Saúde (OMS), foi trazido para a América Latina pela Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), tendo a Argentina e o Brasil como precursores em projetos de recursos humanos.

### Letramento em saúde

Outra aula que mereceu destaque no contexto do curso, ainda em julho, foi a que tratou da comunicação e do letramento em saúde, conduzida pela docente e servidora da ESP-MG, Thais Lacerda. Ela falou sobre os impactos das informações sobre saúde nos usuários do SUS, revelando que o letramento em saúde (do inglês *health literacy*) é um movimento que teve início nos Estados Unidos (EUA), próprio da sociedade da informação e da popularização das novas tecnologias da informação e comunicação. "Letramento em saúde é a capacidade das pessoas em buscar, compreender, avaliar e organizar informações em saúde a serem utilizadas na tomada de decisões diárias relacionada ao seu bem-estar. Já o usuário 'expert' é aquele que se interessa pelo tema saúde e muda a relação com o profissional de saúde", explicou.

Em setembro, os alunos foram contemplados com a palestra Publicações científicas e jornalísticas em saúde: o que é científico e o que é jornalístico, sob a condução da jornalista e mestre em Educação Katia Machado, editora da Secretaria de Comunicação da RET-SUS. Usando como exemplo a Revista da Rede, Katia apresentou a diferença entre os dois conceitos, destacando as funções do jornalismo científico. Em alusão à Wilson Bueno e Nilson Lage, Katia citou as funções do jornalismo científico: pedagógica, pois contribui para o processo de alfabetização científica; política, pois democratiza o conhecimento científico; e de controle social, ao permitir que centros produtores e financiadores de ciência e tecnologia possam prestar contas à sociedade. A Especialização em Comunicação e Saúde da ESP-MG encerra em dezembro deste ano.

## Escola de Brasília inicia curso de Saúde do Idoso

A Escola Técnica de Saúde de Brasília (Etesb) realizou, em setembro, o curso Refletindo sobre o processo de envelhecimento: abordagem para acompanhamento social e domiciliar. A formação teve duração de 80 horas, com atividades teóricas e práticas. O objetivo foi capacitar pessoas que dão assistência ao idoso, desenvolvendo habilidades para realização de uma assistência integral. Os alunos foram recebidos pela diretora da Etesb, Ena Galvão, e pelo diretor-executivo da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde (Fepecs), Armando Raggio, instituição a qual a escola está vinculada.

A atividade vem ao encontro do disposto do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), no artigo 18, ao determinar que as instituições de saúde devem atender aos critérios mínimos para o atendimento às necessidades do idoso, promovendo o treinamento e a capacitação dos profissionais, assim como orientação a cuidadores familiares e grupos de autoajuda.



Acervo Etesb

## ETSUS-PI promove ações de integração com a comunidade

Alunos e profissionais do Centro Estadual de Educação Profissional em Saúde Monsenhor José Luiz Barbosa Cortez (ETSUS-PI) realizaram, entre julho e agosto, atividades junto à população com foco na prevenção de doenças e no cuidado à saúde. Tratou-se do projeto Roda de Conversa, iniciado com uma palestra no Mercado do Produtor, sob o tema *Drogas e seus malefícios para a sociedade*, em parceria com a Secretaria de Saúde do Município de São Raimundo Nonato. Em agosto, a escola levou o projeto para a porta do prédio da Justiça Eleitoral, com o tema das posturas corretas ao realizar tarefas do dia a dia, como usar uma vassoura e sentar e deitar em uma rede. A ideia é realizar um encontro por mês em locais de grande fluxo de pessoas.

### Ascurra recebe visita técnica da ETSUS Blumenau

Em visita da Escola Técnica do Sistema Único de Saúde (ETSUS) Blumenau ao município de Ascurra, para organização do curso de Agente Comunitário em Saúde, a coordenadora da Atenção Básica do município, Marlene Krucynski da Silva, apresentou a nova sala de atendimento de emergência da Estratégia de Saúde da Família Doutor Armando Zonta. A sala foi equipada e reorganizada após a participação dos trabalhadores no curso de Aperfeiçoamento em Urgência e Emergência, também promovido pela escola no município. A formação, com carga horária de 32 horas, tem como objetivo atender às necessidades de formação dos profissionais das unidades de Estratégia de Saúde da Família (ESF) dos 14 municípios da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI), além de capacitar os profissionais de saúde integrantes das ESF, oportunizando um momento de ensino para o aprimoramento da assistência à saúde em situações de urgência e emergência na atenção primária em saúde.

### ETSUS Vitória promove curso em Atenção Primária à Saúde

A Escola Técnica e Formação Profissional de Saúde Professora Ângela Maria Campos da Silva (ETSUS Vitória), em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo, promove o curso de Aperfeiçoamento em Atenção Primária à Saúde. A formação focaliza os auxiliares e técnicos em enfermagem, os auxiliares e técnicos em saúde bucal e os auxiliares em laboratório e farmácia, que atuam nas unidades de saúde com Estratégia Saúde da Família (ESF), dos diversos municípios da Região Metropolitana do estado (Vitória, Santa Leopoldina, Alfredo Chaves, Brejetuba, Anchieta, Serra, Cariacica, Marechal Floriano e Vila Velha).

A primeira turma, iniciada em 1º de abril, encerrou as atividades, em agosto, com uma comemoração e ótima avaliação da programação. Ainda em agosto, a escola iniciou nova turma, com previsão de término em dezembro de 2015. O curso, organizado em 184 horas de duração, sendo 120 horas presenciais e 64 horas de atividades não presenciais, está organizado em cinco módulos, divididos nos temas da atenção primária à saúde no contexto das políticas públicas de saúde, humanização na reorganização das práticas e da participação popular, vigilância em saúde, organização das regiões de Saúde, com ênfase no planejamento das ações de saúde, e processo de trabalho das equipes.



Acerve ETSUS Vitória

### Escola de Rondônia promove curso de Segurança ao Paciente



Acerve ETSUS Rondônia

O Centro de Educação Técnico Profissional na Área da Saúde (Cetas), em Rondônia, realizou de 31 de agosto a 4 de setembro, em Ariquemes, o curso de Multiplicadores em Segurança ao Paciente. Participaram da formação 20 técnicos em enfermagem: três de Cujubim, dois de Monte Negro, cinco de Machadinho, dois de Cacaulândia e oito do município-sede, que atuam no atendimento direto aos usuários do SUS.

A carga horária do curso foi de 40 horas, sob o objetivo de multiplicar e capacitar os servidores de nível médio, com foco no Programa Nacional de Segurança do Paciente. Segundo a coordenadora da ação, enfermeira Joelma Rosária da Silva, a expectativa é proporcionar suporte teórico e acompanhamento junto aos servidores e ajudar na implantação do Núcleo de Segurança do Paciente de cada município participante.

Na avaliação da diretora-geral do Cetas-RO, Angelita Mendes, a qualificação dos trabalhadores de saúde nessa área é uma importante estratégia de promoção à saúde, assegurando, além da boa prática de funcionamento, padrões de qualidade nos serviços, oferecendo aos servidores que atuam na assistência em média e alta complexidade a qualificação técnica e científica adequada. De acordo com Angelita, o curso contou com o apoio do Ministério da Saúde e a parceria do Hospital Sírio Libanês.



### EPSJV conclui formação de trabalhadores do campo

A Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) finalizou, em junho, a segunda turma do curso de Especialização em Trabalho, Educação e Movimentos Sociais, formando 36 integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), de 14 estados do Brasil. O curso, realizado pela EPSJV em parceria com o MST e a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), com financiamento do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), teve como objetivo dar continuidade ao processo de formação dos educadores que atuam na educação do campo em áreas de reforma agrária, desenvolvendo a capacidade de compreensão da realidade, principalmente em relação aos problemas da educação.

A especialização foi iniciada em 2013 e contou com cinco etapas formativas. Todas elas com duração de 15 a 20 dias, onde os alunos participaram das disciplinas Trabalho e Educação, Estado e Políticas Públicas de Educação, Cultura e Educação, Desenvolvimento e Educação, História da Educação Brasileira, Lutas Sociais e Educação, Teoria do Conhecimento e Educação, Metodologia da Pesquisa, Seminários de Pesquisa e Monografia. No total, o curso teve uma carga horária de 504 horas-aula.

### ESP-MG sedia oficina de Residência Médica do Programa Mais Médicos

A Escola de Saúde Pública de Minas Gerais (ESP-MG) recebeu, em 10 de setembro, os participantes da oficina de Residência Médica do Programa Mais Médicos, promovida pela Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais (SES-MG). A atividade contou com a presença da diretora-geral da escola, Roseni Sena, que deu as boas-vindas aos presentes, e da secretária-adjunta de saúde de Minas Gerais, Alzira Jorge, que destacou a ausência de discussão sobre a formação dos médicos no Brasil, a questão da residência em saúde da família e comunidades e o complexo processo de saúde e doença no SUS.

O encontro foi conduzido pelo médico sanitário José Santana, representando o Ministério da Saúde, que esclareceu sobre o eixo Educação do Mais Médicos, relativo à expansão da graduação e da residência médica. “Temos a responsabilidade de formar médicos da família, que irão cuidar e assistir as famílias brasileiras respeitando o contexto social de cada região, sem esquecermos os especialistas”, destacou. Quanto a esse eixo, a meta do governo federal é criar 11,5 mil novas vagas de graduação e 12,4 mil vagas de residência até 2017. Destas, já foram autorizadas mais de cinco mil vagas de graduação e quase cinco mil de residência.

### Mais acesso a tratamento dentário

Para ampliar a assistência bucal na rede pública de saúde do Brasil, 107 municípios de 20 estados receberam, em outubro, 117 unidades odontológicas móveis — cada uma com um consultório odontológico completo, com a mesma capacidade de atendimento de um consultório odontológico tradicional, contendo cadeira odontológica, raio-X, autoclave para esterilização do material, além de equipamentos dentários para o uso dos profissionais. A iniciativa beneficia, também, cinco distritos sanitários especiais indígenas (Dsei), podendo alcançar mais de 350 mil pessoas residentes em locais de difícil acesso, em situação de rua e comunidades indígenas, segundo expectativa do Ministério da Saúde (MS).

Para que possa atender, em especial, as populações mais vulneráveis, sete unidades serão destinadas aos Dseis e sete, aos Consultórios na Rua, no atendimento de pessoas em situação de rua. As novas unidades somam-se a outras 185 instalações — 25 em distritos sanitários especiais indígenas e 160 em municípios prioritários para o Plano Brasil Sem Miséria — entregues pelo MS entre os anos 2010 e 2013. Com a iniciativa, o Brasil passa a contar com 302 unidades móveis em todos os 26 estados do país e no Distrito Federal. Cada unidade consegue realizar cerca de 350 atendimentos por mês.

A entrega das novas unidades é ação do Programa Brasil Sorridente, criado em 2004, como parte da Política Nacional de Saúde Bucal do Ministério da Saúde. O programa que já ampliou o acesso na atenção básica, passando de 20.424 equipes de Saúde Bucal (ESB), em 2010, para 24.175, em 2015, o que representou um crescimento de quase 20%, é responsável, também, pela cobertura de 38% da população. O programa conta, ainda, com 1.034 centros de especialidades odontológicas, e 1.721 municípios ofertam próteses dentárias no SUS. Os serviços proporcionam acesso às ações de saúde bucal para mais de 80 milhões de pessoas.

## AC - Acre

**Escola Técnica em Saúde Maria Moreira da Rocha**  
(68) 3227-2716 / 3226-7330 . escoladesaude.educacao@ac.gov.br . www.idep.ac.gov.br

## AL - Alagoas

**Escola Técnica de Saúde Profª Valéria Hora**  
(82) 3315-3403 . etsal@etsal.com.br . www.etsal.com.br

## AM - Amazonas

**Escola de Formação Profissional Enfermeira Sanitarista Francisca Saavedra**  
(92) 3878-7620 . etsus\_saavedra@yahoo.com.br . www.cetam.am.gov.br

## AP - Amapá

**Centro de Educação Profissional Graziela Reis de Souza**  
(96) 3212-5175 . grazielareis2010@bol.com.br

## BA - Bahia

**Escola de Formação Técnica em Saúde Prof. Jorge Novis**  
(71) 3356-0138 / 0129 / 3357-2496 . sesab.efts@saude.ba.gov.br  
www.saude.ba.gov.br/efts

## CE - Ceará

**Escola de Formação em Saúde da Família Visconde de Sabóia**  
(88) 3614-2633 / 5520 . escoladesaudefamilia@sobral.ce.gov.br . ensinotp@gmail.com  
www.sobral.ce.gov.br/site\_novo/sec/esf . www.blogdaescolasobral.blogspot.com.br

**Escola de Saúde Pública de Iguatu**  
(88) 3581-1708 . espiguatu@yahoo.com.br  
www.iguatu.ce.gov.br/c/escola-de-saude-publica-de-iguatu

**Escola de Saúde Pública do Ceará Paulo Marcelo Martins Rodrigues**  
(85) 3101-1401 / 1403 . ascom@esp.ce.gov.br . www.esp.ce.gov.br

## DF - Distrito Federal

**Escola Técnica de Saúde de Brasília**  
(61) 3327-3914 . etesb.fepecs@gmail.com . www.etesb.fepecs.edu.br

## ES - Espírito Santo

**Escola Técnica e Formação Profissional de Saúde Profª Ângela Maria Campos da Silva**  
(27) 3132-5055 / 5194 / 3222-3591 . escolasaude@correio1.vitoria.es.gov.br  
www.vitoria.es.gov.br/servidor/escola-de-saude

**Núcleo de Educação e Formação em Saúde da SES/ES**  
Tel: (27) 3194-3072 / 3298 / 3325-3272 (fax) . nefs.dir@saude.es.gov.br  
www.saude.es.gov.br

## GO - Goiás

**Centro de Educação Profissional de Saúde da Escola Estadual de Saúde Pública de Goiás Cândido Santiago**  
(62) 3201-3428 / 3425 . cepssaude@gmail.com . www.saude.go.gov.br

## MA - Maranhão

**Escola Técnica do SUS Drª Maria Nazareth Ramos de Neiva**  
(98) 3221-5547 / 9137-6220 / 3222-8347 . etsusma@saude.ma.gov.br

## MG - Minas Gerais

**Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais**  
(31) 3295-5090 / 6772 / 5896 . diretoria@esp.mg.gov.br / diretoriaesp@gmail.com  
www.esp.mg.gov.br

**Centro de Educação Profissional e Tecnológica / Escola Técnica de Saúde - Unimontes**  
(38) 3229-8594 / 8591 / 8592 . ets@unimontes.br . www.unimontes.br

## MS - Mato Grosso do Sul

**Escola Técnica do SUS Profª Ena de Araújo Galvão**  
(67) 3345-8055 / 8056 . etsus@saude.ms.gov.br . www.etsus.ms.gov.br

## MT - Mato Grosso

**Escola de Saúde Pública do Estado do Mato Grosso**  
(65) 3613-2324 / 2323 (fax) . dgesp@ses.mt.gov.br . www.saude.mt.gov.br/escola

## PA - Pará

**Escola Técnica do SUS Dr. Manuel Ayres**  
(91) 3202-9300 . etsuspa@gmail.com . www.sespa.pa.gov.br/etsus

## PB - Paraíba

**Centro Formador de Recursos Humanos**  
(83) 3218-7763 / 7765 / 7501 . ceforsuspb@gmail.com . www.ceforb.wordpress.com  
www.facebook.com/ceforb

## PE - Pernambuco

**Escola de Governo em Saúde Pública de Pernambuco**  
(81) 3184-4093 . ses.esppe@gmail.com . www.saude.pe.gov.br

## PI - Piauí

**Centro Estadual de Educação Profissional em Saúde  
Monsenhor José Luiz Barbosa Cortez**  
(86) 3216-6406 / 2668 . etsus.piceeps@ymail.com

## PR - Paraná

**Centro Formador de RH Caetano Munhoz da Rocha**  
(41) 3342-2293 . cenforpr@sesa.pr.gov.br . www.saude.pr.gov.br

## RJ - Rio de Janeiro

**Escola de Formação Técnica em Saúde Enfermeira Izabel dos Santos**  
(21) 2334-7274 / 7268 . etis@saude.rj.gov.br

**Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio**  
(21) 3865-9797 . epsjv@fiocruz.br . www.epsjv.fiocruz.br

## RN - Rio Grande do Norte

**Centro de Formação de Pessoal para os Serviços de Saúde  
Dr. Manoel da Costa Souza**  
(84) 3232-7634 / 0823 . cefope@rn.gov.br . www.cefope.m.gov.br

## RO - Rondônia

**Centro de Educação Técnico-Profissional na Área de Saúde de Rondônia**  
(69) 3216-7307 / 7304 (fax) . cetasa.ro@gmail.com . www.cetasa.ro.gov.br

## RR - Roraima

**Escola Técnica de Saúde do SUS em Roraima**  
(95) 3224-0092 / 3623-6891 . etsus\_rr@hotmail.com . www.saude.rr.gov.br/etsus\_rr

## RS - Rio Grande do Sul

**Escola Estadual de Educação Profissional em Saúde do Rio Grande do Sul**  
(51) 3901-1508 . etsus@saude.rs.gov.br

## SC - Santa Catarina

**Escola de Formação em Saúde**  
(48) 3665-4660 . direcaoefos@saude.sc.gov.br  
contatoefos@saude.sc.gov.br . www.efos.saude.sc.gov.br

**Escola Técnica do Sistema Único de Saúde Blumenau**  
(47) 3322-4271 . etsusblumenau@blumenau.sc.gov.br

## SE - Sergipe

**Centro de Educação Permanente da Saúde**  
(79) 3259-8500 . saude.ceps@aracaju.se.gov.br

**Escola Técnica de Saúde do SUS em Sergipe**  
(79) 3211-5005 . etsus@funesa.se.gov.br . www.ses.se.gov.br

## SP - São Paulo

**Centro de Formação de Recursos Humanos para o SUS-SP de Araraquara**  
(16) 3335-7545 . cefor-araraquara@saude.sp.gov.br

**Centro Formador de Pessoal para a Área da Saúde de Osasco**  
(11) 3681-3994 / 3699-1916 (fax) . cefor-osasco@saude.sp.gov.br

**Centro Formador de Pessoal para a Saúde de Assis / Escola Técnica do SUS de Assis**  
(18) 3302-2226 / 2216 . drs9-eaeaceforassis@saude.sp.gov.br

**Centro Formador de Pessoal para a Saúde Franco da Rocha**  
(11) 4811-9392 . chj-cefor@saude.sp.gov.br

**Centro Formador de Pessoal para Saúde de São Paulo**  
(11) 5080-7458 / 7459 / 7462 (fax) . ceforetsus-sp@saude.sp.gov.br

**Centro Formador de RH de Pessoal de Nível Médio para a Saúde / Escola de Auxiliar de Enfermagem**  
(13) 3856-2362 / 9716 . ceforh@consaude.org.br . ceforh@consaude.org.br  
www.consaude.org.br

**Escola Municipal de Saúde**  
(11) 3846-4569 / 1134 . emsnucleoescolar@prefeitura.sp.gov.br / ems@prefeitura.sp.gov.br  
www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/ems

## TO - Tocantins

**Diretoria da Escola Tocantinense do Sistema Único de Saúde**  
(63) 3218-6280 . gabinete@etsus.to.gov.br  
www.etsus.to.gov.br . www.saude.to.gov.br



# facebook®

Curta a nossa página e tenha acesso às notícias sobre as 40 escolas da RET-SUS e aos conteúdos sobre educação, saúde e trabalho.

<https://www.facebook.com/retsussaude>



Baixe um leitor QR code em seu celular, fotografe o código e acesse [www.facebook.com/retsussaude](https://www.facebook.com/retsussaude)



Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde

Ministério da Saúde

